

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

+
PEQUENOS PRODUTORES E CRÉDITO RURAL NUMA ÁREA DE
ATUAÇÃO DO PROGRAMA POLONORDESTE: O Caso do Muni
cípio de São Mamede do Seridó Paraibano.

FRANCISCA BEZERRA MARQUES

○ CAMPINA GRANDE

DEZEMBRO-1983*

PEQUENOS PRODUTORES E CRÉDITO RURAL NUMA ÁREA DE
ATUAÇÃO DO PROGRAMA POLONORDESTE: O Caso do Muni
cípio de São Mamede do Seridó Paraibano.

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

FRANCISCA BEZERRA MARQUES

PEQUENOS PRODUTORES E CRÉDITO RURAL NUMA ÁREA
DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA POLONORDESTE: O Caso
do Município de São Mamede do Seridó Paraíba-
no.

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Sociologia, com
área de concentração em Sociolo-
gia Rural da Universidade Fede-
ral da Paraíba em cumprimento às
exigências para obtenção do grau
de Mestre.

ORIENTADORA: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

DEZEMBRO - 1983

Aos meus pais

Aos irmãos:

*Francisco, Osvaldo, Acácio
Ariosvaldo, Edinaldo, Kim
e Socorro*

carinhosamente

A memória de:

Everaldo e Edvaldo

saudades

AGRADECIMENTOS

Reconhecimento e Gratidão às Pessoas e Instituições que contribuíram decisivamente para a avaliação deste trabalho:

- aos produtores rurais entrevistados, pela experiência vivencial transmitida e aos informantes principalmente os meus informantes-chaves pela colaboração prestada;
- a professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, participação fundamental em todas as fases deste trabalho pela orientação, sugestões e confiança nos meus esforços;
- aos professores do Curso de Mestrado em Sociologia, especialmente Ghislaine Duqué pelos constantes estímulos;
- aos extensionistas da EMATER em São Mamede, pelo apoio no sentido de facilitar o acesso as informações;
- a Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba - FUNDAP, de cujo quadro técnico faço

parte, pelo apoio e compreensão do Sr. Presidente Dr. João
Barbosa de Lucena, possibilitando a realização deste traba
lho;

- aos funcionários da UFPb, particularmente João da Costa
Lima que sem a sua contribuição esse trabalho não teria si
do datilografado no tempo previsto;

- aos amigos obrigada.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a participação de pequenos produtores de algodão no componente crédito rural do Programa POLONORDESTE, no Município de São Mamede do Seridó Paraíba. O problema surgiu após a avaliação do primeiro ano de vigência do referido Programa em São Mamede (1977), quando verificou-se uma participação deficiente do público a ser beneficiado. O período estudado corresponde aos meses de abril/1977 a março/1983, tempo de duração do Programa. Os dados aqui analisados são provenientes, de fontes secundárias e de um trabalho de campo complementar realizado entre os meses de maio e julho de 1983.

O afastamento do pequeno produtor demonstra-se, foi a razão maior do uso deficiente do crédito subsidiado. O grau de intensidade de reações contrárias à adoção do referido crédito será tanto maior quanto mais carente for a camada de produtor a ser beneficiada. A resistência às técnicas modernas orientadas para o cultivo do algodão, apresenta-se bem mais forte nas subcategorias de produtores em que a finalidade da produção é atender às necessidades básicas de subsistência, face sua vulnerabilidade ao risco. Conclui-se que não basta orientar e que a concessão do crédito subsidiado não é suficiente; o importante é propiciar condições reais ao produtor de poder realizar as práticas de modernização da agricultura. Como ficou claro, é o temor de enfrentar o risco o que mais bloqueia o pequeno produtor a adotar algumas inovações e de buscar mais os benefícios do crédito.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyse the participation of small cotton producers in the rural credit component of the POLONORDESTE Programme in the Municipality of São Mamede of the Seridó Paraíba. The study focuses on the poor participation of small producers in the Programme. The period studied was from April, 1977 to March, 1983. Data was collected through the use of secondary sources and a complementary period of fieldwork dating from May to July, 1983.

The findings reveal that the subsidized rural credit was not sufficient to keep the small producer in the Programme; those who left the Programme were the poorest. The highest degree of avoidance to modern techniques was strongest among those sub-categories in which the aim of production was to attend the basic subsistence needs and were therefore more vulnerable to risk. As conclusion it is shown that it is not sufficient to give orientation and subsidized credit is not enough. It becomes clear that what is necessary is to give real conditions for producers to use modern techniques. As real support is not given, fears of risk impede the small producer from adopting innovations and consequently from looking for further credit benefits.

S U M Á R I O

	Pág.
<i>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO: A Pequena Produção e o Crédito Rural - Contribuições Teórico-Metodológicas</i>	01
* O Crédito Rural e sua Legislação	02
* A Pequena Produção Agrícola e seu papel no desenvolvimento capitalista ..	06
* O Problema e sua importância	12
* Objetivos	18
* Metodologia	19
* Seleção da área	19
* População	20
* Coleta de dados	22
 <i>CAPÍTULO II - O Município de São Mamede</i>	 25
* Características históricas e demográficas	26
* A indústria algodoeira	35
 <i>CAPÍTULO III - A Estrutura Fundiária e a Produção Agro</i>	

	<i>Pág.</i>
<i>pecuária no Município de São Mamede ...</i>	39
<i>* A estrutura fundiária</i>	40
<i>* A agropecuária</i>	45
<i>* A pecuária</i>	45
<i>* A agricultura</i>	46
<i>* O ciclo do algodão arbóreo -</i>	
<i>- Práticas culturais</i>	50
 <i>CAPÍTULO IV - Caracterização do produtor rural do mu-</i>	
<i>nicipio</i>	59
<i>* O grande produtor</i>	61
<i>* O médio produtor</i>	64
<i>* O pequeno produtor</i>	66
<i>* O proprietário</i>	66
<i>* O parceiro</i>	74
<i>* O arrendatário</i>	78
 <i>CAPÍTULO V - Os Pequenos Produtores do Município de</i>	
<i>São Mamede e sua participação no compo-</i>	
<i>nente crédito rural do PDRI do Seridó</i>	
<i>Paraibano</i>	81
 <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	116
 <i>ANEXO I</i>	123
 <i>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</i>	130

LISTA DE QUADROS

	<i>Pág.</i>
QUADRO 1 - População Urbana e Rural - São Mamede (1960/1980)	30
QUADRO 2 - População economicamente ativa - São Mamede (1960/1970)	31
QUADRO 3 - População segundo a idade e sexo - São Mamede (1960/1970)	32
QUADRO 4 - Distribuição dos Imóveis Rurais - São Mamede (1972)	41
QUADRO 5 - Distribuição dos Imóveis Rurais - São Mamede (1978)	43
QUADRO 6 - POLONORDESTE - PDRI Seridó Paraíba - no: Recursos Aplicados - Produtores	

	Pág.
Beneficiados (1977/1983)	86
QUADRO 7 - POLONORDESTE - PDRI Seridó Paraibano: Me- tas alcançadas no Projeto (1977/1983) ...	88
QUADRO 8 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Recur- sos aplicados - Produtores beneficiados (1977/1983)	90
QUADRO 9 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Crédi- to para Custeio - Recursos aplicados (1977 -1983)	91
QUADRO 10 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Crédi- to de Custeio - Produtores beneficiados (1977/1983)	93
QUADRO 11 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Crédi- to para Investimento - Recursos aplica - dos (1977/1983)	95
QUADRO 12 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Crédi- to para Investimento - Produtores benefi- ciados (1977/1983)	96
QUADRO 13 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Resul- tados alcançados - Componente Assistên- cia Técnica (1977/1978)	97
QUADRO 14 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Peque- nos produtores estudados segundo a área	

	<i>Pág.</i>
do imóvel (1983)	103
QUADRO 15 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Utili- zação das áreas dos imóveis por subcatego- ria estudada (1983)	104
QUADRO 16 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: A ex- ploração do algodão por subcategoria es- tudada (1983)	106
QUADRO 17 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Época de desistência do Crédito Rural por subca- tegoria estudada (1983)	109
QUADRO 18 - PDRI Seridó Paraibano - São Mamede: Cau- sas da desistência do crédito rural por subcategoria estudada (1983)	111

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Estado da Paraíba.

MAPA 2 - Município de São Mamede.

CAPÍTULO I

*INTRODUÇÃO: O CRÉDITO RURAL E
A PEQUENA PRODUÇÃO - CONTRI -
BUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA.*

*INTRODUÇÃO: O CRÉDITO RURAL E A PEQUENA
PRODUÇÃO - CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODO
LÓGICA.*

- O Crédito e sua Legislação.

*Este trabalho tem como objetivo estudar o comporta-
mento do pequeno produtor frente à política de crédito, de -
terminada pelos programas de desenvolvimento rural. Para com-
preender tal fenômeno, faz-se necessário analisar, por um la-
do, a lógica que orienta a introdução do crédito rural como
estimulador da agricultura de modo geral e da pequena produ-
ção em particular e, por outro lado, a lógica do pequeno pro-
dutor que é fator primordial no processo de aceitação ou não
dos programas governamentais, em especial, no que se refere
ao componente crédito.*

*A crescente demanda de alimentos como uma das con-
sequências do crescimento demográfico do país e as necessida-
des de modernizar a produção agrícola, não somente para aten-
der as exigências do consumo interno, mas, para auxiliar o*

processo de desenvolvimento da economia brasileira, são algumas das razões que determinaram a formulação de uma política de crédito rural. Esse crédito surge como estímulo à transformação do setor agrícola, para acompanhar o processo de mudança da sociedade como um todo. É assim que com a criação da carteira de crédito agrícola e industrial - CREA, do Banco do Brasil, surgiu em nosso país em 1935 o crédito rural. Até então inexistia um instrumento que formulasse as políticas de crédito rural, de forma a atender as peculiaridades do setor.

Em 1937 a Lei nº 492 atualizava as disposições do penhor rural.⁽¹⁾ Este havia sido introduzido no direito brasileiro em 1885 pela Lei nº 3272, e veio a se estender consolidando-se como instrumento dinamizador do setor agropecuário, capaz de amparar as operações do crédito (SILVA, 1978: 4).

Até então no Nordeste brasileiro, os esforços governamentais se voltavam fundamentalmente, para a solução de problemas de ordem climática. Uma vez conscientes de que as causas mais profundas do pouco dinamismo do setor agrícola nordestino, eram de caráter estrutural e não apenas de natureza ecológica, partiu-se para um novo enfoque, atentando para o problema, visto por uma ótica diferente. A questão da terra, o desenvolvimento da agricultura, uma melhoria na qualidade de vida da comunidade constituíam os fatores que afligiam o Nordeste. O desenvolvimento das instituições creditícias para o Nordeste é oficialmente considerado

(1) Garantia real na operação do crédito. É constituído pelos bens adquiridos, máquinas, animais ou mesmo, a própria colheita. A terra não entra como penhor mas como hipoteca.

como melhoria das condições de concessão de crédito e o seu aperfeiçoamento, essencial para o melhoramento da agricultura.

A Constituição Federal através do artigo 198 regulamentado pela Lei nº 1004 de novembro de 1949 estabeleceu 80% da renda tributária da União para empréstimos a custo zero a agricultores atingidos pelas secas nordestinas (Banco do Nordeste, 1981:7). Não obstante, os financiamentos eram feitos desordenadamente e sem sentido econômico. Ainda não existia uma política de crédito adequada, em condições de atender as necessidades específicas de cada região. Com a criação de outros organismos oficiais de crédito, como o Banco do Brasil, do Nordeste e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a carência se fez sentir ainda mais forte. A atuação do crédito rural na área, reclamava a existência de um órgão definidor, que regulamentasse as suas disposições e que o tornasse mais consistente juridicamente.

Nessas circunstâncias, surge a reforma bancária em 1964, criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil. Evidentemente a política de crédito ganhou contornos mais nítidos. Definindo-se dentro de um sistema integrado com a sua institucionalização, pela Lei nº 4.829 de novembro de 1965, regulamentada pelo Decreto 58.380 de 10 de maio de 1966 (SILVA, 1978:1-6).

A não participação dos bancos privados nas operações de crédito rural até 1965 consistia num problema para a expansão do crédito. Com a reforma financeira a partir desse ano, essa rede de bancos foi obrigada a dirigir para o crédito rural, 10% dos seus recursos em função dos depósi-

tos a vista, com elevação para 15% a partir de 1970. Nesse ano, estabeleceu-se uma diferenciação nas taxas de juros, até então inexistente, determinando-se uma taxa mais reduzida para as operações de até 50 salários mínimos (13%). E ainda, definiu-se as categorias de empréstimos como custeio, investimento, comercialização e industrialização em vigor até hoje. (CEZAR, 1980:18-19).

O crédito nessa época, já alcançava uma substancial expansão destinado ao setor agrícola. No entanto, o volume de recursos financeiros disponíveis, não provocaria mudanças significativas, como constatado, se o crédito não se fizesse acompanhar de uma política de caráter mais afirmativo, de maior abrangência, de ação mais imediata. Essa situação era por demais evidente no Nordeste, mesmo após a criação da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste, desde 1959, atuando como centralizadora do planejamento de investimentos federais, responsável pelo indício de uma nova política de desenvolvimento e do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras do Nordeste, em 1970 com crédito subsidiado para repasse aos agricultores através de empréstimos para investimento, custeio e aquisição de imóveis rurais. Todavia, a ausência de uma política que induzisse a implantação de polos capazes de gerar o crescimento harmônico do país, se fazia transparecer, assim consideravam as instituições governamentais, resultando na criação de programas especiais, com dotações subsidiadas por crédito rural, dirigidas especialmente à pequena produção e à atividades específicas no sentido de fortalecer a economia da região, particularmente a região nordestina. Faz-se necessário entender o porquê da preocupação visualizada pelos pla-

nos governamentais, para com o pequeno produtor. Essa prioridade vai decorrer da importância da pequena produção para a economia como um todo.

- *A Pequena Produção Agrícola e seu papel no desenvolvimento Capitalista.*

A contínua necessidade de sustentar um número crescente de pessoas integrantes dos demais setores e satisfazer o suprimento de matérias primas na produção industrial, faz com que o setor de subsistência ou pequena produção, especialmente através dos minifúndios, necessite produzir cada vez mais excedente alimentar. No Brasil, até a década de 40, as pequenas propriedades, se mantinham mais ou menos estáveis, não aumentando de forma significativa. A partir de 1950, iniciou-se um período de crescimento do número das propriedades contidas na faixa de área de até 10 ha. Os dados de 1960 revelam um decréscimo na área média, de 18% nesta faixa e um aumento de 20% no número de propriedades, consequência da fragmentação dessas pequenas unidades produtivas. (GRAZIANO. 1978:144). Analisando a importância dos minifúndios na produção de alimentos para a população brasileira, ressalta que "além de representarem um expressivo percentual em relação ao número total de imóveis (89% estão enquadrados nesta categoria), apresentam também um percentual bastante significativo quanto a área explorada, 40% da área colhida com produtos agrícolas, exceto os extrativos são provenientes desses produtores".

O aumento da produção agrícola no Nordeste na dé-

cada de 60, em particular e alto índice de culturas alimentares, justifica-se pela multiplicação dos minifúndios nesta região. (SÁ JUNIOR, 1976:91). São essas pequenas unidades de produção agrícola de caráter familiar que abastecem os mercados urbanos. São elas que se reproduzem gerando novas unidades familiares.

Acontece, que os minifúndios utilizam a terra mais intensamente pela necessidade de extrair dele a subsistência do grupo familiar. A essa pequena propriedade está reservado o importante papel dentro da economia brasileira, de fornecer alimentos para o mercado de consumo e matérias-primas para a produção industrial, em condições de propiciar acumulações para o sistema capitalista.

Para a economia global a importância da pequena produção, está mais precisamente no baixo custo dos produtos que lhes são transferidos. O nível de vida extremamente baixo dos pequenos produtores oferece condições para uma produção a custos convincentes à acumulação do capital. Sem dúvida, essa produção de alimentos, tende a influenciar diretamente no custo da reprodução da força de trabalho urbano industrial. Daí se faz necessário, o seu fornecimento a preços baixos "de forma a não elevar o custo da alimentação urbana, sobretudo os salários, constituindo obstáculo a expansão do sistema dominante". (OLIVEIRA, 1975:15).

Na verdade, a pequena produção se reproduz a base de um subconsumo e uma jornada intensiva de trabalho. (CHAYANOV, 1974). E enquanto puder subsistir condicionado a essa precariedade de vida, permanecerá agregado a sua terra, cultivando-a produzindo, entregando ao capital, parte de seu

trabalho excedente. Trabalho familiar não mercantilizado, que o capital explora no ato da comercialização do produto. (LI - KED, 1977).

Acredita-se que a possibilidade de produzir a custos baixos, se dá porque os produtores não computam todo o trabalho necessário para a produção de seus artigos. Em geral, parte de sua subsistência sempre está assegurada pela produção de alimentos. Comumente, as pequenas propriedades, cultivam junto aos produtos alimentícios, culturas comerciais. São elas que perante às instituições creditícias garantem o financiamento necessário à reposição do novo ciclo produtivo. É através das culturas comerciais, que mais se canalizam sobretrabalho para o sistema. "O capital se realiza basicamente, a nível das atividades comerciais e não da produção". (GRAZIANO, 1978:28).

Algumas observações demonstram, está havendo em algumas regiões uma redução nas áreas dedicadas a exploração dos produtos alimentícios em favor das culturas comerciais. Uma maior produtividade daria condições de manter em equilíbrio o índice de produção, capaz de atender a demanda de alimentos pelo mercado urbano. Acredita-se que uma melhor tecnologia é fator decisivo para o aumento da produtividade nas áreas rurais. Sabe-se porém, que as técnicas modernas são exigentes quanto a investimento, elevando o custo da produção. E a produção industrial na verdade, precisa de bens intermediários a preços baixos, para manter rebaixado o seu custo. Daí porque, para elevar a produtividade no sentido de satisfazer a necessidade alimentar do mercado urbano, sem contudo deixar de atender às imposições do poder dominante, a pequena produção procura intensificar a jornada de trabalho. E sua

maior produção por unidade de área, ressalta Graziano (1978: 219), significa um aumento da exploração do produtor e sua família e não da produtividade de seu trabalho.

Fornecer mão-de-obra barata para indústria e para as grandes propriedades é outra função importante da pequena produção na acumulação capitalista. É a produtividade das pessoas ocupadas nas pequenas unidades de produção em particular nos minifúndios, como diz Sá Jr. (1976:129) que constitui o principal determinante do nível de salário nos grandes estabelecimentos".

Para Singer (1976) a superpopulação e subemprego, encontrados no campo não resultam de excessivas densidades demográficas, mas da distribuição desigual da propriedade do solo que produz um exército agrícola de reserva a ser aproveitado sazonalmente nos períodos de intensa procura da força de trabalho. O fato da pequena propriedade agrícola suprir de mão-de-obra o grande estabelecimento, se dá pela impossibilidade da primeira de manter o seu nível de subsistência, sendo obrigado a suplementar a sua remuneração, trabalhando fora da unidade de produção familiar em determinadas épocas do ano. Isto nada mais é que uma tentativa de evitar-se a pauperização definitiva. A preservação do poder social e econômico do fazendeiro exige que a oportunidade de emprego para os camponeses seja mantida a um nível mínimo, que seu rendimento seja baixo e sua situação insegura. Para isso estão sempre a limitar em vez de expandir suas necessidades de mão-de-obra. Suas terras passam a ser exploradas extensivamente e as possibilidades de expandir o emprego e a produção são desperdiçadas; em consequência, o excedente de mão-de-obra nos minifúndios aumenta. (SINGER, 1978).

Esse aumento populacional com o decréscimo na área média, concorre para a expulsão dos trabalhadores agrícolas do campo, bem como para a prática do trabalho volante. Para sobreviver, esses trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho aos donos do capital. São justamente esses contingentes que alimentam continuamente os centros urbanos e a própria agricultura com a mão-de-obra barata.

O setor terciário também tem se expandido graças a massa de trabalhadores rurais transferidos da agricultura. Diz Oliveira (1975:24) "que a percentagem da população economicamente ativa entre 1939-1969 isto é, da força de trabalho, saltava de 24% para 38% configurando-o como o setor que mais absorveu o aumento da mão-de-obra. Não contraditório com a forma de acumulação, nem constituindo obstáculo à expansão global da economia. É funcional para o sistema a preservação do minifúndio. Para a grande propriedade é condição necessária e suficiente para reduzir o poder de barganha dos assalariados. Para Oliveira (1975:26) "os minifúndios são apenas depósitos de exército industrial de reserva adequados para a acumulação global e expansão capitalista que por outro lado reforçam a concentração da renda".

Entretanto, o êxodo rural, a crescente migração camponesa, tenderá para uma escassez de mão-de-obra na zona rural, se não prosseguir a contínua multiplicação dos minifúndios. Está bastante acentuado, nos últimos anos o fenômeno migratório. O censo demográfico de 1970 revela que mais de 30 milhões de pessoas migraram. E desse total 11 milhões mudaram-se para regiões metropolitanas, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A substituição da agricultura pela

pecuária em algumas regiões também constitui um dos fatores estimulantes do processo migratório.

Os frutos da previdência social, via FUNRURAL estão estimulando uma mudança de residência do homem do campo face as condições de sobrevivência na área rural, intensificando o processo migratório. Assim, a carência de mão-de-obra é objeto de grande preocupação da maioria dos agricultores.

É mercado de consumo para os produtos do mercado interno. Uma produção abundante e eficiente de alimentos e matérias primas, proporcionará uma redução dos preços desses produtos não só na transação comercial, produtor-comerciante, mas, na transação comerciante-consumidor, consequentemente, aumentará a disponibilidade de recursos do consumidor para a aquisição de outros bens. Isto proporcionará um aumento na demanda dos produtos do setor secundário e terciário. Entretanto, como discutido em Oliveira (1975:19) "a indústria nunca precisou de mercado rural para viabilizar-se". É que sua orientação foi principalmente voltada para os mercados urbanos", embora se reconheça a contribuição importante do setor rural para a expansão do sistema industrial, seja através do abastecimento de alimentos, seja transferindo mão-de-obra.

Sabe-se que os produtos que entram em maior produção na dieta alimentar da zona rural, são a base de cereais. Porém, sabe-se também que as atividades manufatureiras estão se eliminando no meio rural. Deste modo o aumento da eficiência e produtividade do setor primário, em particular do setor de subsistência, pode fazer deste setor

um importante mercado de consumo para os produtos industrializados.

Conforme já abordado, "para que o excedente alimentar aumente se faz necessário que a área cultivada seja expandida até onde possível ou o seu rendimento se eleve quando a expansão não é viável". (SINGER, 1976). Uma tecnologia adequada deverá estar presente no processo produtivo para aumento da produtividade. Entretanto, aliado às novas técnicas está o investimento na agricultura. Daí porque, diversos Planos e Programas atualmente em execução no Brasil incluem como componente essencial o crédito rural no sentido de fomentar o processo de desenvolvimento agrícola, fortalecendo sobretudo, o abastecimento dos produtos destinados ao consumo alimentar.

- O Problema e sua importância.

Muitos estudos são realizados no país tratando dos problemas da ligação entre as políticas adotadas e o público para as quais são direcionadas.

Cezar (1980:27) comentando a diferenciação existente quanto ao acesso às políticas de crédito e outras correlatas evidencia a base heterogênea na qual elas incidiram cujos fatores influentes vão desde o nível cultural do produtor até o relacionamento com os agentes financeiros.

O crédito corrente e o crédito orientado no período de reformulação do crédito, constituíram elementos que diferenciavam o tipo do tomador. O crédito corrente era des

tinado a produtores de reconhecida capacidade técnica⁽²⁾ geralmente os grandes produtores, cuja liberação dos recursos dispensava determinadas formalidades e apresentação de projetos. Enquanto o crédito orientado, reservava-se em geral para os pequenos produtores considerados adeptos das técnicas tradicionais. A concessão no caso, condicionava-se à apresentação de um projeto de aplicação elaborado por extensionistas rurais que logicamente induziam os produtores ao emprego de técnicas modernas e supervisionadas (CEZAR, 1980: :27). Tais condições dificultavam o acesso dos pequenos produtores.

Os subsídios implícitos nas taxas de juros através de Programa Especiais deveriam acelerar a expansão do crédito, com expressiva participação de pequenos produtores. No entanto, a experiência tem demonstrado que o crédito com subsídios nem sempre atinge o grupo para o qual é destinado. O POLONORDESTE⁽³⁾ na Paraíba previa atender até a programação 82/83 41.391 produtores, tendo beneficiado tão somente 18.105 produtores, 43% da meta prevista.

A metodologia aplicada na distribuição do crédito

-
- (2) Essa capacidade era avaliada pelo agente financeiro. Dependendo do grau de relacionamento do produtor e aquele agente, a sua capacidade técnica seria constatada, mais facilmente.
- (3) POLONORDESTE - Programa de Áreas Integradas do Nordeste, foi instituído pela lei 74.794 de outubro de 1974, com o objetivo de promover a modernização das atividades agropecuárias em áreas selecionadas, dirigindo prioritariamente financiamentos à pequenos produtores rurais, na tentativa de melhorar o nível de vida dessa gente. Abrange 30% do Nordeste. Na Paraíba atua numa área de 37.000 km² cobrindo 57% dos municípios. Compreende cinco sub-áreas homogêneas nas quais se desenvolve Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), ou seja: Vale do Piranhas, Sudoeste Paraibano, Vale do Rio do Peixe, Brejo e Seridó Paraibano.

to/POLONORDESTE⁽⁴⁾ de acordo com informações concedidas pelos Bancos Oficiais, favorece uma maior incidência de grandes tomadores na participação das linhas creditícias. O fato de considerar-se o MVR como ponto determinante para classificação dos beneficiários do crédito/POLONORDESTE, é condição que reforça a proposição ditada. Ora, de acordo com a legislação bancária, para efeitos de financiamentos, a categoria de grande produtor poderá desaparecer, passando a existir apenas as categorias de mini, pequeno e médio produtor.

Por conseguinte uma região onde persiste uma agricultura descapitalizada, castigada por irregularidades pluviométricas de baixa produtividade, torna-se difícil admitir a existência de produtores cuja renda se apresente na faixa acima de 3.000 MVR na qual se enquadra o grande proprietário. Trata-se de uma suposição porém, confirmada por agência bancária (Trabalho de Campo - Entrevista com um gerente do Banco do Brasil). O MVR é superestimado para o grande produtor isto, nada mais é do que uma abertura para enquadrá-lo na categoria de médio, permitindo-lhe usufruir dos direitos conferidos a esse produtor. Nessa perspectiva surge a oportunidade do grande proprietário ser atendido pelo POLONORDESTE com 70% e não 50% do financiamento dos

(4) Para o POLONORDESTE atualmente caracteriza-se pequeno produtor, aquele cujo valor global de sua produção anual, não exceder 600 vezes o maior valor de referência vigente no país. (MVR) Mini-produtor quando não ultrapassar 200 MVR. Para esses produtores o crédito concede o financiamento integral, 100%. No caso do montante financiado não exceder 50 MVR a concessão será feita, sem que o produtor necessite apresentar garantias reais. O médio e grande produtor poderão ser beneficiados pelo crédito/POLONORDESTE porém com 70 e 50% respectivamente do valor financiado. Será considerado médio produtor aquele cuja renda agropecuária anual não exceda 3.000 MVR e grande produtor, quando acima de 3.000 MVR. O teto financiável será calculado tomando-se por base a renda obtida no ano anterior.

grandes tomadores. Com um limite de 70% do financiamento o grande produtor terá que complementar em 30% com recursos próprios. No entanto, facilmente ele emitirá essa complementação, conseguindo a mesma produção fixada com os 70% do financiamento. A alternativa viável é redução da área. (5)

Estas possibilidades na utilização do crédito, o tornam um elemento atrativo para os grandes tomadores. Favorecendo sua substituição para outros setores de atividades mais rentáveis, reduzindo provavelmente o investimento na agricultura.

Para o pequeno produtor de pouca influência pessoal perante os órgãos financeiros essa possibilidade foge

-
- (5) Vejamos um exemplo do custeio do milho no Sul do país, por SAYAD (1978: 3), quando o teto de financiamento para o grande produtor era de 80% cabendo 20% de recursos próprios. A produtividade máxima, considerada pelos agentes de crédito rural atingia 58 sacos por hectares. Essa capacidade de produção é determinada pela produtividade média alcançada nas duas ou três últimas safras, pela produtividade da região ou apontada por estudo técnico.
- Com o financiamento de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros - por hectare e um investimento correspondente a Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) o grande produtor com acesso a 80%, receberia Cr\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros) complementando no caso, com 20% ou seja Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros). A área contratual respectiva no valor desse capital, teria que ser 500 ha. Para reduzir o desembolso dos recursos próprios o produtor plantaria uma área menor, sem prejuízos na produção obtida, uma vez que sua produtividade é bem mais elevada que a considerada pelos agentes financeiros que sempre estimam abaixo da real.
- Dessa forma, com uma produtividade de 70 sacos por hectares e não 58, esse agricultor poderia perfeitamente conseguir quase a mesma produção de 29.000 sacos de milho (58x500) numa área de 414 ha (414x70) reduzindo a área praticamente irá reduzir o desembolso (86x13.000). O financiamento no caso de Cr\$ 6.500.000,00 passa à Cr\$ 5.382.000,00 (414x13.000,00).
- Notadamente, se tais recursos são suficientes para se conseguir a produção prevista no contrato, a aplicação dos recursos próprios, se reduziram do 20% para 3%. (Cr\$ 1.300.000,00 para Cr\$ 182.000,00).

de muito ao seu alcance. Tratando-se de um crédito orientado, a liberdade de ação torna-se restrita.

O VBC⁽⁶⁾ poderá constituir um ponto de estrangulamento ao crédito. A confrontação entre o orçamento preconizado pela extensão rural para fazer face as despesas de custeio adotado pelo POLONORDESTE e o valor do VBC determinado pelo Banco para cobrir as mesmas despesas, conforme pesquisa recente, não cobrem 50% das despesas do custeio na maioria dos consórcios (CEPA, 1980:8).

Evidentemente, para atender as despesas do custeio agrícola com um VBC insuficiente, os produtores rurais procuram reduzir a área cultivada.

A manutenção de juros baixos é o principal responsável pela maior participação dos grandes produtores nas linhas de crédito rural e pela quase ausência dos pequenos produtores nos Programas de Crédito (SAYAD, 1978:85). Numa pesquisa de 365 propriedades conseguiu demonstrar a grande concentração do crédito nas mãos de grandes tomadores. Estes, que representavam 40% do valor da produção declarado na amostra recebiam 53% do crédito, enquanto, os minifun-dios com apenas 8% da área total eram responsáveis por quase 30% da produção, participando em apenas 19% do crédi-to (SAYAD, 1978:48). Outro exemplo é oferecido por Vasconce-los (1979:11), apresentando alguns dados obtidos de estudos

(6) Valor Básico para Custeio, trata-se de uma estimativa das despesas correspondentes ao plantio de um ha de terra de cada cultura, segundo determinados padrões técnicos a níveis de produtividade. Serve de base para o cálculo do crédito para custeio (CEZAR, 1980:11). Conforme argumentação bancária os valores do VBC são definidos a nível do Conselho Monetário Nacional com execução determinada através do Banco Central.

realizados também no Sul do país. Numa amostra de 338 fazendas a partir de zero hectares. As fazendas superiores a 100 hectares, representando 3% do total tinham acesso a cerca de 60% do crédito concedido, entretanto, as menores, 97% do número total de fazendas, eram beneficiadas apenas com 40% do crédito.

Para os órgãos creditícios os grandes produtores apresentam menor risco, oferecem um montante de garantia real maior e um índice de liquidez bem maior. (SAYAD, 1978:3). Para a administração bancária, grandes transações financeiras, além de traduzirem maior segurança apresentam um custo operacional muito menor. Os custos operacionais de crédito são inversamente proporcionais ao volume compreendido em cada operação. Os custos se elevam à medida que a magnitude dos empréstimos diminuem, que o prazo se reduz e que forem maiores os serviços necessários a atender um grande número de produtores. (Banco Mundial - Boletim).

Alguns estudos têm apontado a resistência dos pequenos produtores à procura do crédito. Entretanto são as condições exigidas que acabam por dificultar o acesso do agricultor às fontes creditícias. O imóvel em situação juridicamente regular é fator indispensável para o ingresso do homem rural nas agências bancárias, à aquisição do financiamento. A posse legítima da terra é instrumento de garantia real do produtor, perante os órgãos creditícios. A extensão da terra, o nível de renda, o comportamento voltado para atender necessidades de autoconsumo, aversão ao risco, tudo isso se constitui em fatores que distanciam o pequeno produtor da política de crédito. Para muitos o empréstimo bancário tenderá a comprometer a sua independência.

Como atestam HALL e BESERRA (1979:812) resultados de pesquisas, realizadas em São Paulo, têm demonstrado que apenas 3% dos produtores de baixa renda, fizeram uso do crédito institucional nos anos de 72/73, no Vale do Ribeira e no Sertão do Canidê, Ceará - 2%.

Por outro lado esse baixo índice implica numa grande dependência desse agricultor do crédito não institucional. Em geral, é esta fonte que atende a todas as necessidades básicas de consumo e produção. No Vale do Ribeira 3% dos pequenos produtores entrevistados numa pesquisa, contraíam empréstimos em fontes de caráter formal, enquanto 38% optavam pelo financiamento informal. A infiltração do crédito não institucional na pequena produção, torna-se intensa em virtude da ausência de burocracia. O crédito nesse caso, é de fácil aquisição e de obtenção imediata.

Evidentemente, o crédito tem sido pouco importante na sua disponibilidade ao pequeno produtor. Para compreender a dinâmica da obtenção e uso do crédito pelos pequenos produtores, tomar-se-á para estudo de caso, o município de São Mamede, com análise dos pequenos proprietários assistidos pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Seridó Paraibano.

- Objetivos.

Geral: Identificar o grau de participação dos pequenos produtores rurais no componente Crédito Rural/POLO - NORDESTE.

Específicos: 1 - Analisar a distribuição do Crédito quanto aos recursos e público beneficiado no período de sua atuação no município de São Mamede.

2 - Estudar o grau de adoção do Crédito de investimento e custeio pelo pequeno produtor.

3 - Investigar a diferenciação interna existente na pequena produção enquanto à capacidade para a absorção do Crédito Rural orientado.

4 - Detectar as razões que influenciaram o afastamento ou permanência dessa categoria de produtores como mutuários do Crédito.

- Metodologia: Seleção da Área.

A área selecionada para estudo compreende o município de São Mamede. A escolha deste município deve-se a sua inclusão nas áreas beneficiadas pelo POLONORDESTE, integrado à região semi-árida ⁽⁷⁾ zona prioritária do programa no contexto sócio-econômico do Nordeste.

(7) Região que compreende o polígono das secas caracterizado pela redução da precipitação pluviométrica.

São Mamede é assistida pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Seridó Paraibano⁽⁸⁾ implantado no município em 1977. Dentre os municípios que integram este PDRI, São Mamede destaca-se na produção do algodão, um outro aspecto que justifica a sua escolha para a delimitação do objeto de estudo. A cotonicultura nessa região sertaneja é a razão maior para a aquisição do crédito na agricultura. Além de absorver um considerável contingente de mão-de-obra, o algodão permite sua produção a custos baixos favorecendo uma maior extração de divisas para o país.

O crédito subsidiado dirigido a essa cultura demonstra a preocupação do governo em atingir um número significativo de produtores, propiciar condições para uma elevação na produtividade, na perspectiva de alcançar um retorno adicional satisfatório.

- População.

A população estudada é constituída pelos pequenos produtores rurais do município de São Mamede, mutuários iniciais do Crédito Rural - POLONORDESTE. Dessa população estão excluídos parceiros e arrendatários talvez, face a inexistência do contrato formalizado, ou mesmo, no caso dos parceiros, a carta de anuência negada pelos patrões, que lhes permite o acesso ao Crédito.

(8) Este PDRI compreende os seguintes municípios: Patos, São Mamede, Santa Luzia, Várzea, S. José do Sabugy, S. José de Espinharas, S. José do Bonfim, Santa Terezinha, Malta, Destorro de Malta, Cacimba de Areia, Salgadinho, Quixaba, Passagem e Junco do Seridó.

↓
A opção pelo público inicial do Programa como população alvo do trabalho, prende-se a necessidade de atingir os objetivos previstos. A permanência ou afastamento do produtor como mutuário do crédito são variáveis que podem conduzir o trabalho a obtenção de uma resposta significativa.

Para a identificação desse público, recorreu-se aos arquivos da EMATER local, utilizando-se o cadastro dos produtores beneficiados pelo Programa, no período de sua implantação.

Considerando a diferenciação interna existente na pequena produção, dividiu-se a população em três subcategorias, assim classificadas: Tipo 1 (T^1) compreendendo a camada inferior, Tipo 2 (T^2) o extrato intermediário e o Tipo 3 (T^3) a classe superior da escala.

Dada a limitação do tempo e recursos, não foi possível analisar todos os fatores que influenciam na diferenciação interna da categoria pequeno produtor. Assim sendo, tomou-se como critério para a formação de cada grupo, apenas a origem da renda que mantém a reprodução física do produtor e seu grupo familiar.

Com base em observações feitas in-loco, e em informações de produtores de vivência na área, conseguiu-se distinguir as três camadas. Uma atividade paralela a agricultura que gera a renda principal para a manutenção da família, contribuiu para especificar a camada superior. No extrato inferior, considerou-se os produtores dependentes da agricultura, cuja renda é insuficiente para a sustentação do grupo familiar, obrigando-se a trabalhar como assalariado

nas grandes e médias propriedades em determinadas épocas do ano. É a classe intermediária compreendendo os produtores também dependentes da agricultura, porém não carentes de vender sua força de trabalho, muito embora obrigados a um "biscate" no dia da feira ou mesmo numa outra atividade permanente a fim de complementar a sua subsistência.

Uma amostra aleatória de 12 produtores, 26% dos 46 pequenos produtores, que constituíram o público inicial do Crédito/POLONORDESTE, no município de São Mamede, foi selecionada. De cada sub-categoria, 4 produtores foram entrevistados.

- Coleta de Dados.

O estudo corresponde ao período inicial da liberação do crédito, abril de 1977, a março de 1983. Primeiramente, procedeu-se numa coleta de dados secundários. Num primeiro momento, colheu-se informações na unidade técnica do POLONORDESTE a nível central, no sentido de obter uma visão global do componente crédito, tanto a respeito dos recursos previstos e aplicados, quanto aos produtores programados e beneficiados pelo Projeto como um todo. Utilizou-se também dados do IBGE, INCRA e do arquivo da Prefeitura da área em estudo.

Outras informações foram coletadas na EMATER local, sobre o crédito aplicado no município nas duas modalidades de financiamento, custeio e investimento. No momento, tais informações não levariam aos objetivos do traba -

lho, uma vez que não evidenciavam a causa da deficiência do Crédito e do não cumprimento das metas programadas, muito em bora constituíssem subsídios para a pesquisa de campo. Entre vistas diretas junto ao produtor responderiam de forma mais significativa às questões formuladas. A entrevista obedeceu a um roteiro (Anexo 1), com perguntas abertas. Duas variáveis, representadas pela época em que se deu a desistência do produtor do crédito rural e pela causa da própria desistência, foram consideradas chave para a proposição do trabalho.

A necessidade de informações mais características, capazes de oferecer uma melhor compreensão do comportamento de cada grupo de produtores em relação a essa linha de crédito exigiu um estudo mais detalhado de cada componente da amostra. Conversas informais junto a grandes e médios produtores contribuiu para uma melhor análise do grau de dependência existente entre as diferentes categorias.

Outros contatos foram mantidos com gerentes de órgãos Bancários para um estudo mais preciso da problemática do crédito na pequena unidade agrícola.

O trabalho desenvolvido compõe-se de quatro partes. Uma introdutória, Capítulo I, onde enfoca-se o crédito rural a partir de sua origem bem como sua deficiência como política de desenvolvimento agrícola e a importância da pequena produção como público-meta do programa POLONORDESTE dada sua função para a economia como um todo. O Capítulo II das características históricas e demográficas do município. O Capítulo III estabelece as relações existentes entre estrutura fundiária e agropecuária, onde se evidencia a importân-

cia do complexo, algodão-milho-feijão-pecuária para a economia do município e para a subsistência do produtor rural da região. Procura ainda detectar no processo produtivo da cultura do algodão arbóreo, o grau de adoção da moderna tecnologia nas diversas etapas desse processo. No Capítulo IV caracteriza-se o produtor rural do município a partir das categorias existentes, analisando a forma pela qual se reproduz cada categoria enquanto produtor direto e proprietário dos meios de produção. A última etapa apresenta uma avaliação do crédito na região estudada no período 1977/82. Essa avaliação demonstra basicamente o grau de participação do pequeno produtor no Crédito/POLONORDESTE; seu comportamento em relação a esse crédito é analisado levando em consideração a diferenciação interna dessa categoria. A definição da área sob estudo e compreensão das características do Município de São Mamede será objeto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

O MUNICÍPIO DE SÃO MAEDE

O MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE.

- Características Históricas e Demográficas.

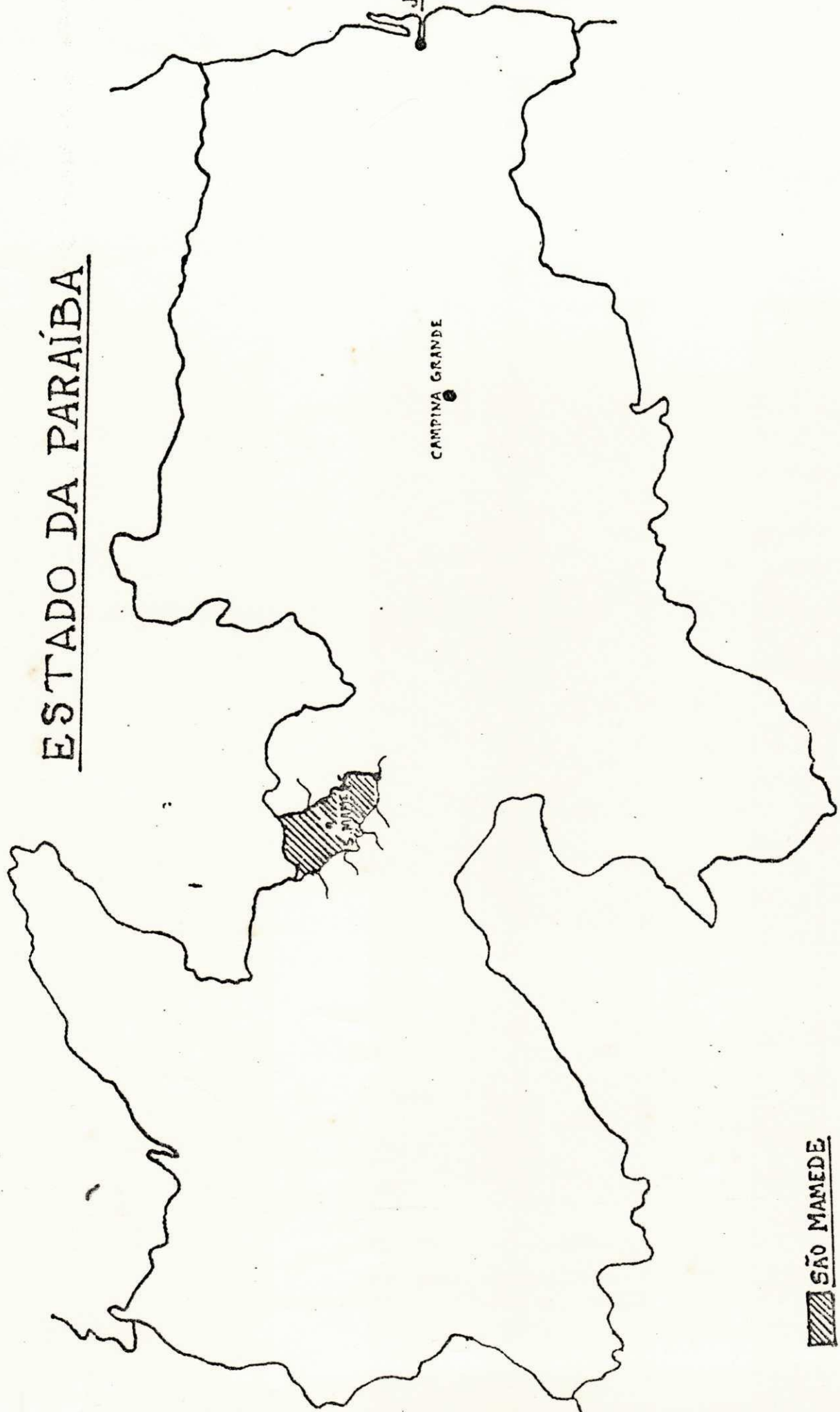
Em princípios do século XVIII os primeiros homens penetraram na região onde se situa o município de São Mamede. Precisamente em 1702 o Sargento-mor Matias Vidal de Negreiros e os alferes Marcos Rodrigues e Manoel Monteiro, penetraram no Vale do Sabugí.

A data⁽¹⁾ de São Mamede foi requerida pelo português Manoel Tavares Baia cuja concessão foi feita no governo de Francisco de Miranda Henriques pela sesmaria nº 568 de 28 de janeiro de 1772. Tratava-se de uma fazenda onde a pecuária bovina era a principal atividade explorada.

Em 1903 São Mamede (fazenda), já pertencente aos


(1) Data - Terreno cedido pelo governo à particulares.

ESTADO DA PARAÍBA



J. PESSOA

CAMPINA GRANDE

 SÃO MAMEDE

herdeiros de Francisco Alves da Nóbrega, passava a povoado. A concentração urbana se deu pela necessidade de criar-se um ponto de pousada para os tropeiros ⁽²⁾ que por ali percorriam em busca de comércio para os produtos que conduziam. Tratava-se de farinha, aguardente e rapadura que grupos de viajantes vindos da área do brejo ⁽³⁾ transportavam para o sertão ⁽³⁾ em busca de comercialização para suas mercadorias. A distância entre as cidades que limitavam São Mamede, Santa Luzia e Patos dificultando a transação comercial entre viajantes constituiu um fato que concorreu para a fundação do povoado. Estas cidades eram pontos comerciais para os tropeiros. Também o desenvolvimento agropecuário que se processava em toda a área com a evolução da agricultura através do algodão era condição para que se criasse uma concentração urbana. A essa altura germinava a industrialização do algodão. Em São Mamede com o aparecimento das primeiras boladeiras ⁽⁴⁾ que posteriormente foram transformadas em locomotivas ⁽⁵⁾ coube a José Paulo de Souto em 1907 a introdução da primeira maquinaria de algodão a vapor.

A existência mesmo rústica do processo de beneficiamento de algodão na localidade, concorreu para que o in-

-
- (2) Tropeiros - Condutores de caravanas de animais (burros de carga).
- (3) Brejo - Com características similares à zona da mata, a área do Brejo está localizada na zona do agreste que é o elo natural entre a zona da mata e zona do sertão.
- Sertão - é uma zona seca, com períodos de chuva incertos que causam ocasionalmente a seca. (ANDRADE: 1973:33).
- (4) Boladeiras - grande roda dentada utilizada no descaroçamento do algodão.
- (5) Locomotivas - máquinas a vapor ou elétricas, que operam a tração dos trens.

teresse de todos os agricultores se voltasse para a cotonicultura, que se tornou depois, suporte da economia da região.

A partir de 1938 surge as primeiras usinas de beneficiamento de algodão a motor. Nessa época São Mamede se elevou a categoria de vila.

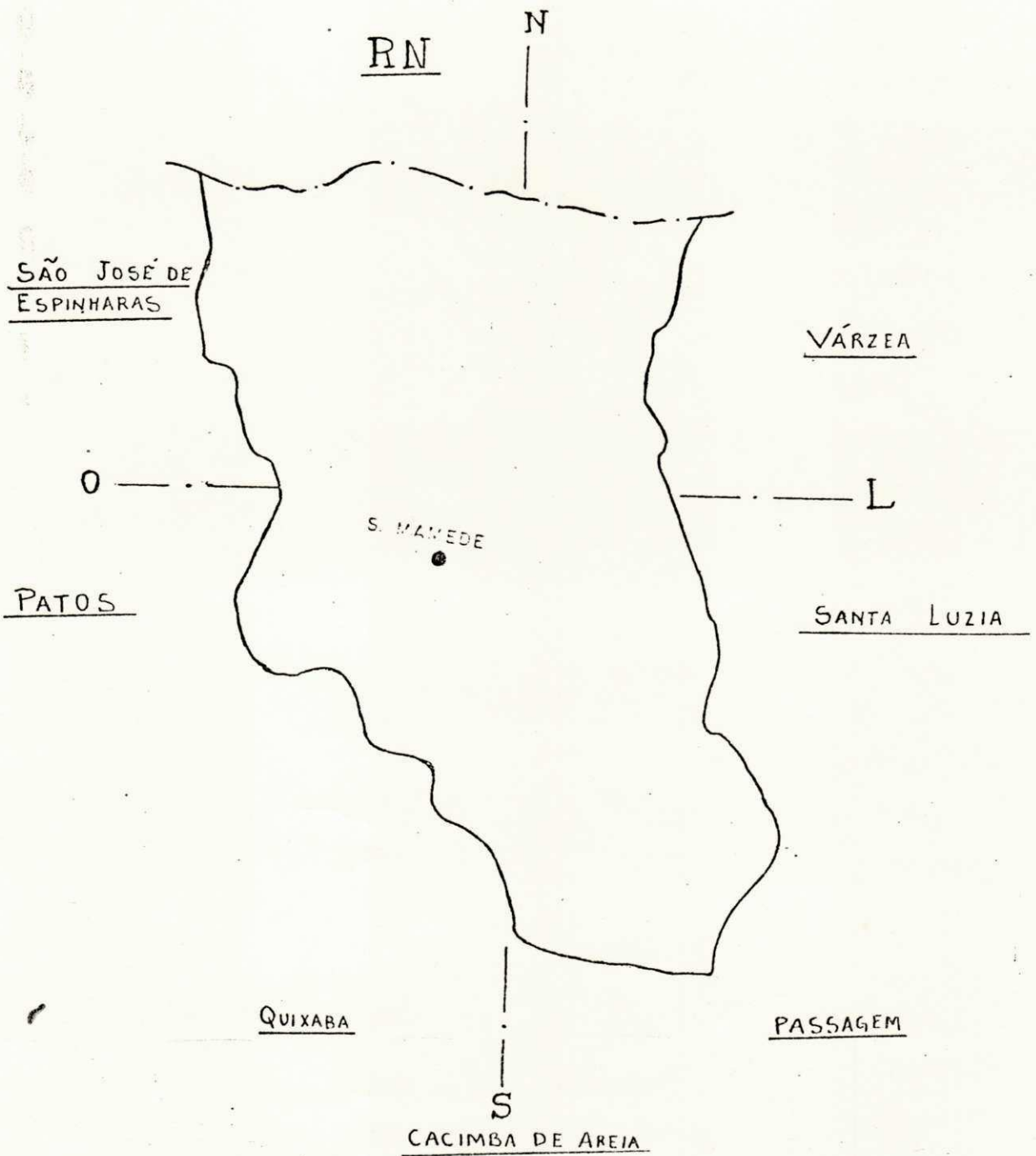
À proporção que a cotonicultura se expandia e a fibra se caracterizava cada vez mais como de melhor qualidade, multiplicavam-se as usinas, despertava o interesse das multinacionais como: CLAYTON e SANBRA que ali fixavam seus depósitos para a compra do produto.

Na década de 40, São Mamede conservava quatro usinas de beneficiamento de algodão entre elas a Cia. Carioca de Algodão, que lançou a semente da industrialização no município.

São Mamede é parte integrante da micro-região Depressão do Alto Piranhas. Limita-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao sul com o município de Quixaba, Cacimba de Areia e Passagem, ao leste com Várzea e Santa Luzia e ao oeste com S. José de Espinharas e Patos. É banhado pelo rio Sabugy, sua área é de 559 km².

A população do município é constituída de 9.198 habitantes (IBGE-1980).

São Mamede caracteriza-se como um município predominantemente rural, uma vez que 58% de sua população 5.376 habitantes reside na área rural e 42% - 3.822 na zona urbana do município.



A evolução populacional nas últimas décadas demonstra que o crescimento na zona urbana, efetuou-se de forma inversamente proporcional à rural. Enquanto a população urbana ascendeu gradativamente a população rural decresceu de forma acentuada. (Ver Quadro 1).

O fato da população total ter apresentado um índice de crescimento negativo sem no entanto afetar o tamanho populacional urbano, demonstra que não há correspondência entre o número de pessoas afastadas do campo e o número de pessoas absorvidas pela área urbana. Assim sendo, a redução existente na população rural deverá ser produto muito maior de uma ação migratória, campo/grandes centros metropolitanos. A população urbana cresceu de 1960/1980 enquanto a população rural decresceu. Admitindo essa hipótese considera-se que o setor primário tenha expulsado grande contingente populacional da década de 1960 para 1970, refletindo no índice de crescimento negativo do pessoal economicamente ativo (Ver Quadro 2) e diminuindo portanto a oferta da mão-de-obra disponível no campo.

A migração não reflete apenas as dificuldades do setor agrícola, mas a capacidade de absorção da população economicamente ativa por outros setores da sociedade. (SAENZ. 1980). A indústria, por exemplo, como será discutido, mesmo contando com o salto dado, em termos de absorção da força-de-trabalho, em 1970, pouco representou no cômputo geral da diferença populacional de uma década a outra, fazendo permanecer um índice de crescimento negativo. Essa absorção geralmente acontece de forma temporária compreendendo um período que vai de agosto a março do ano seguinte dependendo da safra de algodão. Nessas circunstâncias não poderá contribu-

QUADRO - 1

POPULAÇÃO URBANA E RURAL - SÃO MAMEDE - 1960/1980

POPULAÇÃO Residente	DÉCADAS			%	
	1960	1970	1980	1960/1970	1960/1980
População Urbana	2.137	2.559	3.822	+ 19	+ 79
População Rural	9.609	5.682	5.376	- 41	- 44
<i>Total</i>	11.746	8.241	9.198	- 30	- 22

FONTE: IBGE - 1960/1970/1980.

QUADRO - 2

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - SÃO MAMEDE - 1960/1970

ATIVIDADES	1960		1970		1960/1970	
	Econ. Ativ.	Não Econ. Ativ.	Econ. Ativ.	Não Econ. Ativ.	Econ. Ativ.	Não Econ. Ativ.
Agricultura e extrativos	3.171	6.912	2.111	4.193	- 33	- 39
Indústria	97	154	171	626	57	300
Outras	353	1.059	287	853	- 19	- 11
Total	3.621	8.125	2.569	5.672	- 29	- 30

NTE: IBGE - 1960/1970.

ir de forma significativa para a fixação da mão-de-obra local.

Observando-se a distribuição populacional por faixa etária nos decênios 1960/1970 verificar-se-á o papel do processo migratório, incidindo decisivamente no grupo etário que vai de 20 a 39 anos. (Ver Quadro 3). Pressupõe-se que a migração para os grandes centros aconteça muito mais ao aproximar-se os 20 anos, quando o indivíduo prepara-se legalmente para assumir as atribuições de adulto. É nesta fase em que a inexistência de condições de trabalho na área em que vive o estimula a migrar. O êxodo tem sido intenso principalmente em busca do Centro-Sul. Todavia o crescimento da população em 1980, poderia está relacionado com o Programa de Emergência. Programa voltado para atender as dificuldades da seca na tentativa de evitar o deslocamento da população flagelada. A situação geográfica do município o predispõe a sérios problemas climáticos.

Nos últimos cinco anos a seca tem castigado intensamente essa área sertaneja. A repercussão da seca é drástica, prejudicando sensivelmente o desenvolvimento agrícola em toda região atingida. A queda na produção agropecuária tem gerado efeitos, negativos ao equilíbrio sócio-econômico da região.

A renda tributária reduzida, contribuiu sobremaneira para uma retração no desenvolvimento do município. O desemprego aumentou e a população principalmente a rural torna-se a cada dia mais dependente das frentes de serviços, alternativa que não elimina o problema e constitui apenas um mecanismo para manter a população no campo e utiliza-la co-

QUADRO - 3

POPULAÇÃO SEGUNDO A IDADE E SEXO - SÃO NAMEDE

GRUPO ETÁRIO	DÉCADAS				1960/1970	
	1960		1970			
	H.	M	H	M	H	M
0 - 9	1.969	1.733	1.449	1.323	- 26	- 24
10 - 14	806	678	533	499	- 33	- 26
15 - 19	654	714	449	477	- 31	- 33
20 - 24	610	567	345	339	- 43	- 40
25 - 29	418	396	224	247	- 46	- 37
30 - 39	659	569	362	405	- 45	- 29
40 - 49	485	430	324	332	- 33	- 23
50 - 59	275	264	228	212	- 21	- 20
60 e mais	347	175	268	225	- 23	- 34
Total	6.223	5.523	4.182	4.059	- 33	- 22

FONTE: IBGE - 1960/1970.

mo mão-de-obra barata.

Até 1967, São Mamede era servido de energia elétrica em caráter bastante rudimentar, fornecida por motores movidos a óleo. O atendimento ao público limitava-se ao turno da noite e só até as 22 horas. A partir desse ano (1967) São Mamede foi beneficiado com o fornecimento de energia, proveniente da CHESF - Companhia Hidrelétrica de São Francisco através da coordenação da SAELPA. Entretanto só há poucos anos este serviço estendeu-se a zona rural atingindo tão somente 55 imóveis rurais (dados de 1983).

O abastecimento d'água se faz mediante um sistema convencional operado pela CAGEPA, cujo manancial é um açude com capacidade de 17.000.000 m³ d'água. A BR-230, rodovia que corta o Estado de leste a oeste, permite a ligação da cidade com os principais centros urbanos.

No setor de comunicação, o município conta com o Sistema TELPA - Telecomunicações da Paraíba e mais um sistema telefônico municipal beneficiando sobretudo a zona rural.

O Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição, presta assistência médica e hospitalar a toda comunidade. Unidades Sanitárias e Mini-postos localizados na zona rural complementam o trabalho de prevenção e saúde do município.

A EMATER se faz presente através do trabalho e orientação dos seus técnicos em favor da agropecuária do município.

Até 1981 a concessão do crédito rural e outras me

dalidades de crédito eram feitas diretamente pela agência do Banco do Brasil, da cidade de Patos, muito embora neste período o município já contasse com uma agência do BRADESCO (Banco Brasileiro de Descontos). Atualmente já conta com um Posto Avançado do Banco do Brasil.

A assistência educacional efectua-se mediante uma rede de Escolas Estaduais, Municipais e particulares.

A assistência educativa na zona rural é dada pelo MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização e pelo setor Educacional do município. No primeiro caso as aulas se processam à noite. Os alunos são filhos de produtores, algumas vezes os próprios produtores que se concentram geralmente na casa ou armazém do grande proprietário local. As Escolas Primárias Municipais ministram aulas, em sua maioria, no turno da tarde.

É no dia da feira (sábado) em que se dá o maior contato da população rural com a Sede do Município. O dia da feira constitui o dia dos negócios, a venda de artigos produzidos no âmbito doméstico ⁽⁶⁾ para a compra de produtos que complementam a sua subsistência. É também o dia do tratamento médico e dentário. Essa assistência é prestada pelos Sindicatos e Programas de Saúde. Além desses socorros médicos, os Sindicatos ainda prestam assistência jurídica aos produtores associados. Todos os proprietários deverão associar-se ao Sindicato Patronal contribuindo com uma taxa de Cr\$ 80,00 mensal. (1983). A condição necessária para consi-

(6) ... ovos, galinhas, vassouras de palha ou de carnaúba, umbu, cajara na conforme a época, e o próprio feijão e milho dependendo da existência da produção.

derar-se sócio dessa entidade, é a apresentação do comprovante do ITR-INCRA devidamente atualizado. Já os produtos sem terras e trabalhadores rurais deverão pertencer ao corpo de sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja contribuição é de Cr\$ 140,00. (1983).

- A Indústria Algodoeira.

Atualmente o município conta com uma única indústria, por sua vez precursora do progresso da região. Trata-se da indústria algodoeira pertencente à Cia. Carioca de Algodão. Esta, foi implantada em São Mamede em 1946 como usina de beneficiamento desta matéria prima e participou até 1963 da comercialização do algodão dos cotonicultores desta área e regiões vizinhas.

Sabe-se que a realização de negócios extra às atividades da indústria de São Mamede, pelo grupo dominante da Cia. Carioca de Algodão, provocaram dívidas entre essa indústria e agricultores depositantes de algodão. Em consequência, a referida indústria entra em decadência financeira, deixando de atuar no processo de comercialização durante as safras de 1974 e 1975. Para salvar a cotonicultura da região o governo do Estado assumiu a responsabilidade dessa exploração. Para isso, vinculou a indústria à COCEPA (7) e através dessa, comercializou e industrializou toda produção algodoeira durante a safra de 1976. A partir de 1977 a referida indústria através de arrendamento passa para o domínio da cooperativa da cidade, Cooperativa Rural de São Ma

(7) Cooperativa Central da Paraíba.

mede (CORSAME). E posteriormente, à COCEPA através de compra.

A CORSAME fundada em 1956 possui um corpo de associados composto de 3.073 sócios (1983). A relação entre a cooperativa e associados, encontra-se muito restrita. Nota-se entretanto uma certa preocupação no sentido de modificar esse relacionamento a fim de que não se torne simplesmente uma organização econômica. Suas atividades atualmente, se limitam à revenda de material de consumo através de um supermercado com vendas exclusivamente à vista ⁽⁸⁾ revenda de inseticidas e recebimento com transferência à COCEPA, da produção algodoeira do município. Desse repasse, a cooperativa se beneficia atualmente com Cr\$ 0,05/kg de algodão. A assistência maior ao associado através da contratação de empréstimos para o custeio agrícola, aquisição de implementos agrícolas e alimentos para a pecuária bovina tornou-se restrita pelo endividamento da cooperativa diante da falta de resgate de débitos por conta de associados.

A CORSAME é receptora da produção cotonicultora não somente de São Mamede mas de outros municípios circunvizinhos. Sua área de ação compreende São Mamede, Junco do Seridó, Várzea, Salgadinho, São José de Espiranhas, São José do Sabugy e Santa Luzia através de sua cooperativa.

Em 1981 a produção de algodão recebida pela cooperativa de São Mamede atingiu apenas 722.474 kg, 1% de toda produção comercializada pela Cooperativa (7.101.274 kg - já em 1982 a produção do município foi de 674.551 kg também

(8) A qualquer consumidor, sócio ou não da cooperativa.

1% da produção total - 5.847.404 kg. ⁽⁹⁾

Pode-se observar a queda na produção do algodão nas últimas safras. Essa frustração se prende a contínuas secas que assolam o sertão ultimamente castigando o produtor sertanejo, reduzindo a produção do algodão, seu suporte econômico.

A comercialização desse produto é feita pela COCEPA em nome da CORSAME ⁽¹⁰⁾ a preço mínimo, corrigido, pelo mecanismo de retorno, o excesso de receita obtida no final do exercício. Assim, repassa-se às mãos do agricultor, o que sem a cooperativa ficaria nos cofres do empresário.

Do algodão comercializado cada produtor terá direito a 40% da produção, revertida em torta, ou seja, de cada 1.000 kg de algodão entregues, o produtor terá direito à compra de 400 kg da torta, à preço bem inferior ao mercado. Essa torta o produtor poderá negociar com a própria COCEPA, com terceiros, ou mesmo, estocá-la para alimento da pecuária bovina.

Após beneficiado, o algodão resulta em pluma que é exportada para outros Estados ou mesmo para o exterior, como da safra do ano de 1982, uma parte foi transferida para Portugal. Os outros sub-produtos com excessão da torta são negociados com outras regiões. O óleo atualmente é repassado à Cooperativa Agrícola do Ceará. O estudo das relações en

(9) Por falta de dados, apenas apresenta-se a produção referente aos anos de 1981 e 1982.

(10) Não se sabe o porque dessa transação comercial. A CORSAME é, portanto um intermediário neste processo e a COCEPA é a organização que centraliza o processo de comercialização.

tre a indústria e a produção agrícola necessita ser melhor aprofundado através da análise da estrutura agrária do Município que permitirá compreender o jogo de forças que permitam as relações grande-pequena propriedade, grande-pequeno produtor bem como os mecanismos através dos quais se realizam as relações de crédito e a exploração agro-pecuária.

CAPÍTULO III

*A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRO-
DUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍ -
PIO DE SÃO MAMEDE.*

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO MAEDE.

- A Estrutura Fundiária.

A estrutura fundiária do município revela a predominância de imóveis rurais compreendidos na faixa de área de 10 a 50 ha. Somando um maior número, esses imóveis absorvem apenas 8% da área total, enquanto os maiores acima de 1.000 ha, em menor quantidade, são responsáveis pela maior concentração da terra; 36% da área. (Ver Quadro 4).

No controle dos imóveis no município encontram-se pequenos, médios e grandes proprietários e mais uma outra categoria, cujos produtores não detêm a posse legítima da terra; seus imóveis acham-se em situação jurídica irregular.⁽¹⁾ Para esses produtores, quando até 100 ha o Governo do Estado

(1) Sem documento legal da terra, escritura devidamente registrada.

QUADRO - 4
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS - SÃO MAMEDE
- 1972 -

Classe de Área	Total	0 - 10	10 - 50	50 - 100	100 - 1.000	+ 1.000
Nº de Imóveis	485	134	170	66	105	10
%	100	27	35	14	22	2
Área	65.582	819	4.393	4.907	31.700	23.763
%	100	1	7	8	48	36

FONTE: INCRA - 1972.

da Paraíba através da FUNDAÇÃO DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA - FUNDAP, tem procura - do regularizar a situação a fim de propiciar-lhes maior segurança quanto a posse e uso da terra, tentando envolvê-los na política de crédito. Esse trabalho de regularização fundiária iniciado no Estado em princípios de 1962 regularizou mais de 1.000 imóveis rurais até o final desse ano.

Confrontando as estatísticas cadastrais referentes aos períodos de 1972 e 1978, tem-se o processo de transformação por que passou a estrutura fundiária da região (Ver Quadro 5). Os dados comprovam ter havido uma redução nos imóveis menores que 10 ha, minifúndios por excelência. Evidentemente, houve uma incorporação por parte de outras categorias até mesmo pelo estrato de 10 - 50 hectares. Acredita-se que essa absorção tenha contribuído para o aumento considerável nessa classe de área com relação ao número de imóveis.

Os minifúndios por sua vez, como foi observado, reduziram-se quantitativamente e tornaram-se, em área, cada vez menores. Esse esfacelamento propiciou sobremaneira uma acentuada alteração nos extremos latifúndio/minifúndio, tanto em número como em área total. Os minifúndios que representavam 27% do total em 1972 foram reduzidos para 18% em 1978, sofrendo uma restrição de 0,5% na área total, enquanto os maiores de 100 ha que revelam no primeiro período 2% do número total aumentavam para 24% na etapa posterior, apresentando ligeira redução na área alterando de 48 para 45%. Os estratos médios foram acrescidos em número, mas continuaram sem maior alteração no que se refere a área que controla.

QUADRO - 5
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS - SÃO MAMEDE
- 1978 -

Classe de Área	Total	0 - 10	10 - 50	50 - 100	100 - 1.000	+ 1.000
Nº de Imóveis	486	88	202	66	114	16
%	100	18	41	14	24	3
Área	65.382	469	4.916	4.889	29.452	25.656
%	100	1	7	7	45	40

ONTE: INCRA - 1978

Essa transformação do pequeno imóvel, pode ser reflexo do baixo poder aquisitivo do produtor que não encontrando mais condições de continuar explorando toda a terra, quando não se desfaz de todo o imóvel, cede parte da área mesmo ilegalmente⁽²⁾ simplificando a área total. Isto concorre para o crescimento dos índices de migração e diminuição da população rural.

Entretanto, deve-se atentar para a lógica do capital acionando meios favoráveis à sua expansão. Torna-se funcional para o sistema essa expropriação gradativa do pequeno produtor, embora que não seja do seu interesse a extinção da pequena produção enquanto tal. Todavia, a manutenção dos pequenos produtores ocorre num nível de vida extremamente baixo em situação cada vez mais dependente de fontes externas, como por exemplo do crédito rural.

A desagregação do imóvel resulta também da repartição por herança, processo muito frequente na região. Muitas vezes partes de herdeiros tendem a ser absorvidas por outros estratos. A absorção de pequenos imóveis contribui para elevar o padrão de concentração da terra no município.

O processo de incorporação facilitou, por exemplo, a ascensão de um ex-pequeno produtor, hoje grande agropecuarista na região. Como agenciador das firmas compradoras de algodão conseguiu elevar seu poder aquisitivo, o que lhe possibilitou a compra de imóveis rurais. A condição de pequeno comerciante lhe permitiu monopolizar a produção de

(2) De acordo com o art. nº 65 da Lei 4.304 e o art. nº 11 do Dec. Lei nº 57 de 18/11/66 só é permitido o desmembramento do imóvel obedecendo ao módulo rural (Estatuto da Terra).

algodão de grande parte de pequenos produtores através do fornecimento da feira semanal, esta por conseguinte implicava no comprometimento da produção do algodão. A proporção que a condição financeira elevava-se procurava investir em terras e pecuária, conseguindo apropriar-se de 2.000 ha de terras e cerca de 1.200 bovinos sem contar com outras extensões de área adquiridas nos Estados vizinhos.

- A Agropecuária.

A base econômica do Município é a agropecuária, formada pelo complexo algodão-milho-feijão-pecuária, embora existam outras culturas, menos representativas em termos da produção.

Nessa área e em todo Sertão paraibano a pecuária está estritamente ligada com a produção do algodão. Geralmente essa exploração serve de garantia para o produtor no sentido de assegurar os seus débitos junto às unidades creditícias.

Conforme observações feitas, neste município há casos em que o produtor não consegue com o valor da produção comercializada, cobrir o investimento aplicado no processo produtivo, havendo necessidades de comercializar parte de sua pecuária, ou seja, desapropriar-se de seus bens para complementar o resgate de suas dívidas.

A pecuária do município se prende especialmente à criação de bovinos. A criação de ovinos, caprinos, equinos e suínos, é secundária. A avicultura é bem explorada na pequena produção como complemento da subsistência.

A pecuária bovina é feita de forma extensiva. (3)
 Apenas os bovinos de leite e os destinados ao corte, são mantidos de forma semi-intensiva, no campo e nas colcheiras para o consumo de rações e de torta. As rações são resultantes do capim prensados na forrageira. Outros ingredientes são as vezes adicionados como o melaço, o farelo. A importância da pecuária na grande propriedade é revelada também na grande parte da área reservada para a criação de pastos nativos e implantação de capineiras. (4)

Existe uma certa interdependência entre agricultura e pecuária nesta área sertaneja, principalmente quando são explorados a bovinocultura e o algodão arbóreo. A folhagem dessa cultura, é alimentação para o gado criado extensivamente. A torta por conseguinte, subproduto dessa matéria prima, constitui alimento básico indispensável à pecuária bovina, especialmente a de leite. Além disso a área agrícola representa um credencial importante diante da agência bancária para a aquisição do crédito. É através da exploração agrícola que o grande proprietário encontra mais possibilidades para desviar esse mesmo crédito para negócios mais rentáveis. Por esses motivos e mais a parceria que não justifica sua presença sem a agricultura é que o grande produtor não prioriza, porém não elimina a exploração agrícola, cultivando-a simultaneamente com a pecuária.

- A Agricultura.

A agricultura constitui o suporte econômico da

(3) Criada solta no campo.

(4) Plantação de capim. O tipo mais usado é o capim elefante.

região, contribuindo com maior parcela da arrecadação tributária do município (Prefeitura Municipal de São Mamede).

O algodão é do tipo mocó, xerófilo por excelência encontrando nas condições de climas quentes-seco do sertão, seu habitat predileto, onde em associação com o boi e as culturas alimentares de milho e feijão, vem se constituindo o meio principal de subsistência dos agregados e proprietários de terra, nessa faixa semi-árida do Estado.

O consórcio algodão, milho e feijão é em grande parte resultado de tentativas, no sentido de adaptar as condições ecológicas, demográficas e sócio-econômicas da região. Sabe-se que o algodão, o milho e o feijão são culturas adaptáveis às condições climáticas da região. Sabe-se também, que o cultivo dessa matéria prima através desse processo implica numa economia de mão-de-obra. E pelo fato do agricultor ter assegurado através dos produtos alimentícios parte de sua subsistência está em condições de vender sua produção por preços baixos, favorecendo à acumulação do setor industrial.

O consórcio algodão-milho-feijão é uma modalidade própria da pequena exploração tornando-se comum em todas as categorias de propriedade dessa região e porque não dizer de todo sertão paraibano. Esse tipo de exploração procura antes de mais nada resguardar o investimento agrícola contra os possíveis riscos resultantes das irregularidades pluviométricas por ocasião do plantio. Obviamente, em tal exploração diversificada reduzem-se as chances de que circunstâncias estacionais desfavoráveis possam afetar igualmente todos os componentes do sistema. Como alternativa final dessa agricultura dependente das chuvas, restará pelo menos o cu

raizamento do algodão. Deste, resultará sua produção no ano seguinte bem como o feno que a capoeira poderá produzir, utilizada pelo gado. Estes serão os responsáveis pelo retorno de parte do capital empregado na área plantada. É lícito conhecer que, exercida desta maneira, a exploração da propriedade possa pelo menos minimizar os prejuízos de um dado ano na safra seguinte, por intermédio da cultura anteriormente instalada, no caso do algodão arbóreo.

O uso do algodão consorciado com produtos alimentícios torna o seu custo possivelmente mais baixo. Isto porque o pequeno produtor seja ele parceiro, arrendatário ou proprietário tem assegurado através dos produtos para o consumo a sua reprodução física. Esse consórcio só se faz no primeiro ano do ciclo produtivo do algodão como uma forma de compensar a escassa produção deste primeiro período. Sabe-se que o algodão arbóreo no seu primeiro ano do ciclo produtivo, tem produção baixa, não oferecendo condições para garantir a subsistência do produtor. Daí, a função dos produtos alimentícios no consórcio, assegurar a subsistência do grupo doméstico na unidade agrícola.

Em se tratando de uma cultura de rendimento baixo, sem dúvida, a concorrência das culturas alimentares e depois destas as ervas daninhas, não completamente eliminadas pela roçagem,⁽⁵⁾ em competição com os nutrientes do solo, muitas vezes chegarão a provocar a queda em 50% da produtividade da cultura. Não resta dúvida que é realmente pe-

(5) Prática agrícola muito comum utilizada pelos produtores à partir do segundo ano do algodão, como meio de reduzir a despesa, bem como garantir o pasto para o gado.

guena, a produtividade do algodão arbóreo (6) porém, deve ser levado em conta que o hectare cultivado segundo essa modalidade de exploração, produz não só algodão como também milho, feijão, carne ou leite. (Devido a utilização de sua folhagem como pasto para o gado). Portanto, essa produção reduzida não é outra coisa senão, o reflexo do próprio sistema de exploração empregado, o único que tornou possível harmonizar os interesses tanto dos plantadores, entre esses o parceiro, como dos donos do boi, os proprietários das terras.

Evidentemente, compensando esta baixa produtividade de essa cultura tem a seu favor a excelência da qualidade de sua fibra longa e extra longa em condições de competir com outras variedades de boa qualificação em cultivo no mundo.

O algodão por sua vez alimenta a produção pecuária logo depois da colheita. Normalmente o algodão arbóreo é plantado ao iniciar-se as primeiras chuvas (Fevereiro, início de Março). Sua colheita se realiza a partir do mês de Julho estendendo-se até Outubro. Comumente, terminando a colheita é típico na região colocar-se o gado no campo de algodão. Desse período até o início das chuvas essa cultura funciona como pasto para a pecuária bovina. Não constitue prejuízo para o produtor desde que o gado seja retirado no princípio das chuvas. É que o algodão desprovido de sua folhagem, terá que recobrá-la logo ao começar as primei

(6) No primeiro ano a produtividade é de 80 a 100 kg de algodão, no segundo 400 kg, no terceiro 350 kg, no quarto e quinto ano 150 kg, no caso das chuvas serem satisfatórias.

ras cnuvas. Para compreensão de tais fatos descreveremos as práticas culturais inerentes ao ciclo do algodão arbóreo.

- *Ciclo do Algodão Arbóreo: Práticas Culturais.*

Preparo do Solo - A partir do mês de outubro do ano que precede a implantação do novo campo de algodão, inicia-se o desmatamento da área, no caso dessa área ser inexplorada, ou a destruição do algodão velho ⁽⁷⁾ quando a produtividade dessa cultura é quase nula. Após o desmatamento ou mesmo a retirada das soqueiras do algodão (restos do algodão velho) procede-se o descoivamento. ⁽⁸⁾ A técnica recomenda não empregar o fogo em dias quentes, secos e não atingir todo o terreno. O passo seguinte é o destocamento para o qual se utiliza a chibanca (instrumento rústico usado para o destocamento).

Essa fase inicial do preparo do solo, absorve grande quantidade de mão-de-obra. É oportunidade do produtor sem terras ou mesmo o pequeno proprietário, do minifúndio por excelência - 0 a 10 hectares - conseguir um bom mercado de trabalho, oferecido pela grande e média propriedade. Este período coincide com a fase crítica da entressafra.

Na sistematização do terreno utiliza-se mecanização a motor ou a mecanização à tração animal. Até 40 anos atrás inexistia nessa região do sertão qualquer tipo de mecanização agrícola. O preparo do solo se fazia a braço com a enxada. Era um trabalho lento e que exigia muito esforço,

(7) Algodão do 5º ano, final do ciclo produtivo.

(8) Destruição do mato pelo fogo.

até quando o Programa de Fomento Agrícola ⁽⁹⁾ veio dar início à mecanização nessa área, com a introdução do cultivador. Nos primeiros anos esse implemento agrícola simplesmente atendia os campos experimentais. ⁽¹⁰⁾

Na década de 50, foi introduzido o trator. O difícil acesso a essa máquina agrícola por todos os produtores do município, faz com que o cultivador ainda continue bastante utilizado. Sabe-se entretanto, que o trator executa um trabalho muito mais perfeito; revolve o solo mais profundamente, permitindo um maior arejamento e maior concentração da água, sustentando a unidade da terra por mais tempo.

O Espaçamento - Constitui uma prática muito dependente do poder de decisão do produtor. Em décadas passadas o salto ⁽¹¹⁾ predominou como a unidade de medida que determinava a escala para o plantio do algodão. Não foi totalmente abandonado, mas a corrente ⁽¹²⁾ substituiu e generalizou-se em quase toda zona rural. A corrente determina com precisão a distância entre as plantas e as linhas do algodão.

O espaçamento recomendado pela assistência técnica é de 2x1, dois metros entre filas por um metro entre plantas. Essa escala não encontra muita receptividade no campo.

(9) Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Agrícola.

(10) Campos demonstrativos do algodão arbóreo em propriedades particulares porém custeados pelo governo.

(11) Pulo que marca a distância entre as plantas do algodão. Geralmente o salto marcava 5 a 6 palmos. Para indicar o intervalo entre as fileiras usava-se a vara com 8 ou 10 palmos de comprimento.

(12) Corda de aço com intervalo separado por argolas, os quais indicam o espaçamento entre as plantas e filas do algodão. Para a marcação do campo são necessárias duas correntes estendidas em sentidos opostos. Uma indicando o intervalo entre as plantas e a outra a distância entre as linhas do plantio.

Acontece que o intervalo entre as plantas devido o consórcio, não permite o cruzamento do cultivador em toda área que circula a planta havendo necessidade de complementar a prática com trabalho manual, a enxada precisamente. Sem dúvida, aumenta o trabalho e também a necessidade de mão-de-obra elevando o custo da produção. A defesa em favor desse espaçamento é acima de tudo, a proteção que oferece ao sistema radicular da planta.

Apesar de não ser aconselhado pela orientação técnica, o espaçamento 8x8 ou 7x7 é comumente utilizado pelos produtores. A distância de 8 ou 7 palmos entre as plantas e o mesmo intervalo entre as linhas, facilita mais os tratos culturais. O cultivador cruza bem. O consórcio não atrapalha.

O Plantio - A pesquisa agrícola tem procurado transformar a semente do algodão, na tentativa de melhorar geneticamente sua qualidade. A semente introduzida inicialmente nessa região foi do tipo Mocó.⁽¹³⁾ O melhoramento genético da semente fez desaparecer essa qualidade. Apresentava desvantagem para a firma compradora. Tratava-se de algodão de muito caroço e pouca lã, portanto, pesado. O cottonicultor notadamente contava com uma maior vantagem na balança. A fibra no entanto apresentava características de excelente qualidade. Atualmente, se utiliza a variedade Bulk C - 71.

A forma e a época de plantar a semente do algodão

(13) Qualidade de algodão arbóreo. (*Gossypium hirsutum*). Conforme informações de velhos produtores, esse algodão ultrapassava o ciclo produtivo chegando a atingir mais de 10 anos de exploração. Segundo esses produtores a substituição do algodão depois de 10 anos era por demais econômico para o produtor.

varia de acordo com a opção do produtor. Há quem prefira efetuar o plantio no seco.⁽¹⁴⁾ Segundo a orientação técnica, isto resulta num rendimento do algodociro sempre mais elevado que se plantado mais tarde. No momento em que a chuva cai, a semente é automaticamente coberta pelo deslize da terra. Para os produtores as vantagens dessa prática é admitir o aproveitamento das primeiras chuvas; com a semente já preparada para a germinação. Antecipa portanto, o período para o enraizamento do algodão, aproveitando a quadra invernal. A desvantagem dessa técnica é a impossibilidade de arar a terra antes da introdução da semente. Isto pode impedir um total enraizamento do algodão, caso não ocorra uma precipitação pluviométrica satisfatória. A terra não foi revolvida, está compacta por conseguinte com baixa capacidade de reter a água e sem condições de conservar a umidade suficiente para garantir o enraizamento do algodão.

O Desbaste - A orientação técnica adverte a permanência de duas ou três plantinhas por cova. Isto fortalece mais o algodão devido a menor concorrência dos sais minerais e demais nutrientes do solo. Todavia a insegurança do produtor sertanejo quanto ao sucesso de sua plantação, dado a irregularidades das chuvas, não lhe permite desbastar conforme o limite recomendado. Deixar quatro a cinco plantas por cova, significa garantir o fracasso de algumas, que porventura possa acontecer sem comprometimento na formação do algodão. O desbaste deve ser feito entre 25 a 30 dias após o plantio.

(14) Plantio antes da chuva. Para isso utiliza-se o covão, buraco cavado com a chibanca - implemento agrícola rústico - e preenchido com estrume misturado com terra, deixando-se uma aglomeração com altura de um palmo. No centro desse montículo, faz-se uma rasa saliência onde se coloca a semente sem proceder cobertura.

Tratos Culturais - O algodoeiro é muito susceptível à concorrência das ervas daninhas, devendo ser mantido sempre livre dessas ervas invasoras. O controle efetua-se através de capinas manuais, mecânicas ou químicas. O tipo manual feito com a enxada é bastante utilizado na região. Seu baixo rendimento e o elevado custo da mão-de-obra tornam-no oneroso. Costuma-se portanto empregar a enxada como complemento do cultivador, controle mecânico à tração animal.

O controle químico através de herbicidas já conta com alguns adeptos porém a sua aplicação não deve eliminar o uso de implementos necessários a escarificação superficial do terreno; tão importante para o arejamento das raízes.

No algodão do 2º ano está a esperança do cotonicultor de uma boa safra. A competição com as ervas daninhas nos primeiros dias após o início das chuvas pode comprometer a sua capacidade produtiva. O atendimento da mão-de-obra na hora precisa, torna-se indispensável nesse período por isso, a disponibilidade dessa força de trabalho sempre preocupa o produtor. Muitas vezes terá que optar por uma outra alternativa, mesmo sacrificando um melhor rendimento de sua produção. A roçagem em substituição à limpa total do mato, é a solução usada por muitos cotonicultores para reduzir a necessidade da força de trabalho. Por outro lado a possibilidade de conservar o pasto natural faz dessa prática uma opção viável à manutenção da pecuária, principalmente quando o produtor suspeita do fracasso do inverno. Eliminar a forragem sem a certeza da continuidade das chuvas pre-dispõe o cotonicultor ao risco de arcar com sérios prejuízos, quer pela frustração da safra, quer pela destruição da

própria alimentação bovina.

Em se tratando do grande e médio produtor, como serão caracterizados no Capítulo IV, o interesse para a execução dessa técnica torna-se mais forte. É vantajosa para os criadores. Todavia para o parceiro, é por demais desastrosa pois reduz de sua fraca porção de algodão, ainda, a que é diminuída pela concorrência exclusiva das ervas.

Vencida essa etapa crítica do algodão do 2º ano, a coexistência com ervas invasoras, já não prejudica o seu rendimento, antes porém, favorece a pecuária pela acumulação da forragem. No quinto ano particularmente, os tratamentos culturais se restringem a um simples coroamento ou "croamento" mais vulgarmente chamado na zona rural. Significa destruir apenas as ervas daninhas da área que circundam o tronco do algodão. Não compensaria eliminar a pastagem nativa por uma produtividade irrisória.

Combate às Pragas - Todo cotonicultor deve combater as pragas pois quando o ataque é acentuado e não debelado a produção pode cair em até 70%. Algumas atacam o algodão nos primeiros quinze dias do plantio geralmente quando a planta tem atingido uma altura de 20 cm. No algodão de segundo e terceiro ano a incidência das pragas acontece logo após as primeiras chuvas até a floração. O controle é feito pela aplicação de inseticidas em dosagens recomendadas.

Desolha - Quando o algodão é plantado em solos de elevada fertilidade apresenta um crescimento vegetativo bastante acentuado. Nesse caso o produtor costuma efetuar "uma capação no olho da planta, (cientificamente é a desolha nas

gemas, principalmente a gema terminal). Essa prática é aconselhável ser feita no início da floração.

A Colheita - Geralmente se realiza quando 20% dos capulhos estiverem abertos. No primeiro ano de produtividade é de 80 a 100 Kg/ha. A produtividade máxima dessa cultura se dá no segundo e terceiro anos do ciclo produtivo. Quando produzido através de um bom inverno poderá atingir a 400 e 350 Kg/ha respectivamente.

A Poda - Após a colheita efetua-se a poda, não segundo a orientação técnica, mas devido a necessidade alimentar do gado. O tempo e a forma de como se procede, vai depender da retirada do gado e da destruição feita por ele no algodão. Significa que o produtor logo após o afastamento do gado, que deve ser antes do início das primeiras chuvas, cuidará de corrigir no algodão a destruição feita pelos bovinos.

A Poda Média - Esta sim, o produtor realiza independentemente do gado. Trata-se de reduzir a altura do algodão deixando-o com 90 cm ou 1,10 m. Essa prática costuma-se efetuar a partir do segundo ano, caso o algodão apresente um crescimento vegetativo bastante acentuado.

No quarto e quinto anos a produtividade do algodão arbóreo decai; é o final do ciclo produtivo. O cotonicultor sempre procura manter na sua propriedade áreas de algodão novo, praticamente é uma rotação de áreas, de forma a garantir sempre uma boa safra, desde que as condições climáticas permitam uma produção satisfatória.

As relações de poder que envolvem pequenos, médios

e grandes produtores, poderão ser melhores compreendidas através da caracterização do produtor rural do município que será objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

*CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR RU-
RAL DO MUNICÍPIO.*

CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO.

À análise de algumas características sócio-demográficas torna-se necessária para que se tenha um perfil dos produtores rurais do município. A frente da maioria das propriedades agrícolas encontram-se indivíduos que têm em média 55 anos de idade (INCRA-1978), baixo nível de instrução, 60% dessa população apenas ler e escreve. Tais características, poderão influir na receptividade desses produtores aos programas de modernização agrícola, já que a idade avançada, bem como a educação precária podem resultar numa lenta conscientização a respeito de certas inovações no processo produtivo (Schulze, 1975: 17,25). Entretanto outros fatores devem ser considerados; entre estes, especialmente para o pequeno produtor, o temor de que a sua situação de independência relativa venha a ser ameaçada em função da contínua dependência do crédito, consequência de certas exigências impostas pelos programas de modernização.

A agricultura ou agricultura/pecuária é a atividade que assegura a sobrevivência dessa gente. A maioria se auto-sustenta com o que produz como agricultor. Uma possível frustração de inverno é sempre a preocupação do agricultor dessa área sertaneja. O início do inverno é a idéia fixa dominante que absorve o espírito desse homem rural ao iniciar-se o novo ano. (1)

Para controlar as irregularidades das chuvas é muito comum na região o roubo de santos (S. José) para a posterior devolução em romarias. Essa atitude supersticiosa parte sempre da iniciativa dos pequenos produtores. São reações que refletem o desespero do sertanejo quando a esperança pela chuva já tende a enfraquecer. E quando o ano promete bom inverno, o êxito na sua produção está acima de qualquer preocupação.

De acordo com o que observamos no Capítulo II, a estrutura fundiária do município revela a existência de grandes, pequenas e médias propriedades. Entretanto, a produção agrícola predomina nas pequenas e médias unidades. As grandes propriedades do município se dedicam mais especialmente à pecuária embora combinada com o cultivo do algodão.

A mão-de-obra é basicamente familiar. Entretanto a unidade de trabalho familiar se encontra ameaçada face ao desmembramento do grupo familiar, causado pela exiguidade das terras, a insuficiência de recursos para a manutenção da família e mais ainda as irregularidades pluviométricas.

(1) ... essa inquietação começa a partir do dia 8 de dezembro dia da Conceição. A experiência dos antepassados transmitiu às novas gerações que se o próximo ano tem um inverno, nesse dia pinta chuva no céu. Também o amanhecer do dia do Natal pode significar sinal de inverno.

cas que influenciam decisivamente no processo produtivo, eliminando a oportunidade do produtor conseguir sua reprodução e de sua família. Para compreender o papel da pequena produção neste contexto, analisar-se-á as características dos produtores e do sistema de produção nas grandes, médias e pequenas unidades agrícolas.

O grande produtor caracteriza-se por ser proprietário de uma área de + de 200 ha, dedicada quase que exclusivamente à cotonicultura e à pecuária bovina.

Entretanto para esses produtores a pecuária bovina tem sido mais significativa que a agricultura. Os problemas que atingem a cotonicultura da região como a comercialização do produto a preços não compensadores e, mais precisamente, a redução da produção, consequência das irregularidades pluviométricas dos últimos cinco anos, são razões que têm levado o grande produtor a dar prioridade à exploração pecuária.

Há dois tipos de exploração pecuária: pecuária para corte e para leite. O grande produtor trabalha mais como administrador das fazendas que possui. O trabalho propriamente é realizado por mão-de-obra assalariada ou proveniente das relações de parceria.

Cabe ao vaqueiro da fazenda a responsabilidade dos cuidados com a criação e ordenha do gado. O vaqueiro, conta ainda com a participação dos parceiros neste processo. O vaqueiro é remunerado com um salário semanal enquanto que os parceiros recebem uma quota de leite pela execução do trabalho. O parceiro é mão-de-obra garantida para a grande pro -

riedade. A parceria significa produção a custos baixos e divisão dos riscos. A parceria, como veremos, é a relação de trabalho mais frequente na área.

O grande proprietário da região na sua maioria conserva uma tecnologia tradicional no processo produtivo. Todavia, a sistematização do terreno é feita utilizando uma mecanização mais avançada com tração a motor. Para o grande proprietário, o trator é de fácil acesso. Quase sempre existe na propriedade e quando não, sua aquisição é imediata e no tempo oportuno, graças à sua influência pessoal.

O grande produtor encontra-se por demais vinculado às agências bancárias. Essa dependência constante do crédito é oportuna para a expansão dos seus negócios. Não significa necessariamente uma aplicação direta na agropecuária. Esta funciona muito mais como ponto de partida para a aquisição do crédito. Para o grande proprietário não é tão difícil o desvio do crédito bancário. O barracão⁽²⁾ quando existente pode ser considerado um deslize do crédito. O barracão contribui duplamente para o processo de acumulação do grande produtor. Por um lado, provendo meios para reprodução física da força de trabalho utilizada e por outro lado propiciando lucros obtidos através da diferença dos preços entre mercadoria comprada e vendida.

O grande produtor monopoliza a produção do algo -

(2) Barracão - o armazém localizado na grande propriedade no qual o parceiro se abastece de gêneros alimentícios e outros produtos necessários a sua sustentação, cuja dívida será resgatada pelo patrão no ato da comercialização do produto.

dão não somente de seus parceiros mas, também de pequenos proprietários da região que pela escassez de suas terras temem as exigências do crédito formal, passando a adquirir o financiamento através de intermediários. Durante o processo produtivo, muitos dos pequenos proprietários, auto-sustentam-se com recursos provenientes de empréstimos contraídos junto ao grande produtor. Este não cobra juros mas, em contrapartida, impõe que o processo comercial do algodão constitua seu monopólio. Desta feita, apropria-se de grande parte da cotonicultura do município e portanto dos benefícios favorecidos pela comercialização da produção. E, apossa-se de forma legal, haja visto, que passa a ser, intermediário diante da cooperativa, na qual apresenta-se como proprietário de fato e de direito da produção comercializada. Além dessa produção assegurada pelo crédito informal, outra parcela bem significativa de algodão, é adquirida de outros pequenos cotonicultores, que independente de qualquer compromisso firmado, preferem comercializar parte de seu algodão através desse produtor. Nessas circunstâncias, esse produtor, consegue monopolizar grande volume de algodão, garantindo conseqüentemente expressiva participação nos subprodutos dessa matéria prima, notadamente a torta e o farelo. As razões que estimulam essa transação comercial serão explicitadas nas páginas referentes ao pequeno produtor.

O grande produtor se revela também um importante intermediário da comercialização do algodão apresentando-se como um agenciador da Cooperativa, dela recebendo recursos para comercializar a produção de pequenos produtores. Isso significa uma maior concentração das vantagens fa

cultadas pela comercialização do algodão nas mãos da grande produção. Essa atitude tomada pela Cooperativa é antes de mais nada uma tentativa de salvaguardar a cotonicultura do município da apropriação de outras agências compradoras que tentam novamente infiltrar-se na região.

O médio produtor compreende o proprietário de uma área de 50 a 200 ha. Trata-se de uma figura intermediária entre o grande e o pequeno produtor, havendo maior identificação com o grande proprietário, quer no tipo de exploração quer na forma de produzir.

O desestímulo que a agricultura tem provocado no homem do campo, nos últimos anos também tem despertado nessa categoria de produtor um grande interesse pela pecuária. Suas terras tendem a ser mais aproveitadas com pastagens, sem que a agricultura seja erradicada completamente. Essa área sertaneja impõe a coexistência das duas explorações, existindo uma interdependência entre elas. Uma constituindo suporte da outra. O restolho das culturas quer do algodão quer do milho é considerado importante alimentação para o gado. A agricultura é porta aberta para o crédito subsidiado. E a pecuária, por outro lado, é garantia para os compromissos assumidos.

Geralmente o médio produtor reside na propriedade sendo por demais envolvido na exploração do imóvel. Costuma explorar parte da área e é membro participativo do trabalho na área cultivada sob sua responsabilidade. Conta com a força de trabalho proveniente da parceria, principal relação de trabalho existente e em determinadas épocas do processo produtivo absorve o trabalho assalariado. Conta ainda

com a participação da mão-de-obra proveniente do seu grupo familiar; esta é, entretanto, às vezes, pouco significativa porque alguns dos filhos estudam, envolvendo-se mais com esta atividade, ou têm outras ocupações fora da unidade agrícola.

A finalidade da produção agrícola é a subsistência. O sistema de exploração, comumente empregado é o tradicional consórcio, algodão-milho-feijão. Ainda conserva algumas técnicas tradicionais, mesmo admitindo a tecnologia moderna.

O médio produtor encontra-se extremamente ligado ao crédito. Para ele torna-se indispensável a contratação de empréstimos dado a insuficiência de recursos próprios. "Não se produz, se não se investe na terra" (Produtor - 115 ha). A presença da parceria pode constituir um estímulo à aquisição do crédito. O repasse do financiamento semanal ao parceiro, dispensa o médio produtor do compromisso total sobre os riscos, uma vez que os prejuízos da produção estão praticamente divididos. Não somente nos sertões do Ceará como fala BARREIRA (1977:106) "a parceria é um mecanismo compensatório dos baixos níveis de investimento de capital e rentabilidade, tornando viável uma divisão de riscos e custos". O trabalho do parceiro garante a obtenção do laudo técnico positivo diante da agência bancária. Para evitar o compromisso de altos débitos, junto ao patrão, o parceiro limita-se a requerer um financiamento geralmente aquém do necessário ao trabalho realizado, criando oportunidade para o médio produtor fazer uso desses mesmos recursos no cultivo da área de sua responsabilidade e também aplicá-las em atividades mais rentáveis.

A comercialização do algodão como para as demais categorias processa-se na Cooperativa local. Parte dos produtos de subsistência, é consumida quando ainda verde, tanto pelo patrão como pelo parceiro, as vezes sem divisão; outras vezes utilizando separar as partes, por filas de plantas. O restante do produto colhido quando seco é obrigatoriamente dividido.

A pecuária absorve grande parte da área. Trata-se de criação extensiva de bovinos. Destina-se à leite e corte. Este último não constitui um comércio organizado limita-se à venda dos animais para o abate por necessidade de suprir deficiências de negócios. Por ocasião da engorda o gado é submetido a um tratamento semi-intensivo ou seja o dia solto no pasto natural, com recolhimento no final da tarde para uma complementação alimentar de torta e farelo. O mesmo acontecendo com o gado ordenhado. A comercialização do leite é feita diretamente ao consumidor ou vendido a pequenas indústrias para fabricação de queijo e manteiga. Nessas médias propriedades, nem sempre existe o vaqueiro de trabalho voltado exclusivamente para a pecuária. De forma que os cuidados com todo o gado são da competência do parceiro, que para isto recebe além do leite diário, um pequeno salário, dependente do número de rezes.

A categoria pequeno produtor não poderá ser compreendida sem que se considere que ela é internamente diferenciada. O pequeno produtor ocupa uma faixa de terra entre 0 e 50 ha. O fato de controlar um pedaço de terra não significa que esse produtor é o proprietário da terra. Deste modo, como pequeno produtor, serão aqui considerados os pe -

quenos proprietários, os arrendatários e os parceiros. Como elementos definidores de sua diferenciação - consideramos a posse legítima da terra e o grau de autonomia no processo de organização da produção. Como elementos comuns à categoria como um todo, encontramos: a família como unidade de produção e consumo. A mão-de-obra familiar constitui o elemento tecnicamente organizador do processo produtivo e os produtos cultivados são basicamente para subsistência.

O pequeno proprietário é a figura predominante na estrutura fundiária do município. A área média da pequena propriedade é de 19 ha. A produção na pequena propriedade está sempre voltada para atender necessidades de subsistência. A própria cultura comercial é levada ao mercado, em função desse mesmo objetivo. Os principais produtos cultivados são: feijão, milho e algodão. ⁽³⁾

No processo produtivo admitem uma tecnologia própria, coerente com a orientação de sua produção e com uma forma específica de utilização da força de trabalho. Obviamente, qualquer mudança que lhe seja imposta causará impactos, principalmente quando se trata de inovações cuja lógica difere dos princípios sob os quais está organizada a sua economia.

Basta lembrar que as novas técnicas agrícolas estão sempre orientadas para culturas comerciais. Isso significa que o pequeno proprietário cujas terras são restritas, para cultivá-las segundo o modelo tecnológico terá que redu

(3) O pequeno proprietário, aqui descrito se aproxima mais das sub-categorias média e inferior que serão caracterizadas no Capítulo V.

zir parte das culturas para o auto-consumo,⁽⁴⁾ o que não interessa a esse produtor, tendo em vista a importância dos produtos de subsistência.

Para ele, assegurar a produção de subsistência, é a certeza de que não morrerá de fome num sertão de acentuada instabilidade climática. A produção orientada para o consumo para o pequeno proprietário do município estudado, que não difere dos outros pequenos produtores, é a base de sua economia.

Em troca dessa certeza, o pequeno produtor especialmente o proprietário, chega a sacrificar níveis de renda mais altos com a adoção de técnicas orientadas pela Assistência Técnica e Extensão Rural. Acontece porém que determinadas técnicas são perfeitamente aceitáveis por estes proprietários, reconhecidas como viáveis do ponto de vista econômico, entretanto, nem sempre ao seu alcance. A mecanização a trator, sem dúvida, é uma técnica que apesar de elevar o custo, torna-se compensadora uma vez que ao revolver a terra bem mais profundo que a mecanização a tração animal, possibilita uma maior concentração d'água, permitindo que a terra conserve por mais tempo a umidade "mesmo com pouca chuva a raiz do algodão está garantida" - diz o homem do campo. No entanto a prioridade do trator é dos grandes produtores. O acesso ao pequeno não se dá na hora preci

(4) Vejamos o plantio correto do algodão 2 x 1 ou seja, dois metros entre filas por um metro entre plantas. Essa escala na opinião dos produtores implica em mais trabalho (mão-de-obra), encarecendo o processo. Além do mais essa força de trabalho nem sempre está disponível na hora oportuna. Daí em alguns casos, para cumprir a orientação técnica, prefere não usar o consórcio. Assim o cultivador pode cruzar a planta, reduzindo o tempo e a mão-de-obra necessária ao trabalho.

sa, o que faz retardar o plantio do algodão perdendo a oportunidade de aproveitar as ligeiras chuvas caídas.

Para o produtor sertanejo a maior dificuldade é enraizar o algodão. Garantida essa fase, a planta resiste a situação irregular das chuvas a reduzida precipitação. Essa característica de resistente a seca que apresenta o algodão arbóreo, é a razão maior do agricultor do sertão, cultivá-lo, particularmente o pequeno proprietário, que não encontra alternativas para mudar. Cada dia empobrece mais, diante das contínuas frustrações de safra consequência das secas que assolam a região. Mas "o sertanejo é antes de tudo um forte". A sua persistência de extrair da terra o sustento, se repete todos os anos quando vê cair sobre a terra poucas e irregulares chuvas. Embora o milho e o feijão constituam o suporte da cotonicultura "o lucro que se tem" afirma o produtor, "não subsiste às rápidas e insuficientes chuvas".

Nessas circunstâncias o plantio do feijão feito geralmente com uma semente guardada do ano anterior passa, com a queda da produção, a ser adquirida através do mercado. Não é o caso do milho que o pequeno proprietário prefere conseguir na CIDAGRO, pois é semente selecionada, de produção rápida e espiga vigorosa.

A ocupação principal dos membros da família na pequena propriedade é a agricultura. Não obstante, nem sempre toda a força de trabalho familiar é absorvida pela própria unidade agrícola. Para garantir a sobrevivência da família, alguns dos seus membros procuram ocasionalmente exercer atividades agrícolas ou não-agrícolas, fora da pro-

riedade. E não é muito raro que se encontre o pequeno proprietário e membros da família, trabalhando como assalariados nas grandes e médias propriedades em determinadas épocas do processo produtivo. A exiguidade das terras e exploração restrita, devido a condições topográficas e qualidade do solo, implicam numa disponibilidade de tempo que a mão-de-obra precisa ocupar fora da unidade agrícola familiar para assegurar sua sobrevivência. É importante observar ainda, que, eventualmente, alguns dos pequenos proprietários utilizam trabalho assalariado e isto se faz nas épocas de pi que da lavoura, período mais exigente de mão-de-obra, geralmente durante as capinas e a colheita. O aproveitamento de suas terras exige uma maior intensidade de trabalho e sua unidade familiar, em decorrência da migração campo-cidade, não é suficiente para atender no tempo oportuno todas as práticas agrícolas.

A escassez da mão-de-obra na pequena produção é decorrente da contínua migração campo-cidade.

Apesar de possuir autonomia relativa quanto à organização do processo produtivo, o pequeno proprietário tem sua produção comprometida no momento em que contrai o empréstimo, quer através do Banco ou do intermediário. Os recursos contraídos, são aplicados não somente no processo produtivo das culturas como também na sustentação física do grupo familiar que faz produzir essa cultura. Muito embora se saiba que o orçamento calculado pelo órgão financeiro não é suficiente para garantir o processo de produção e a reposição da força de trabalho empregada. A alimentação é garantida através do milho e feijão. No entanto, com as ir-

regularidades pluviométricas que se desencadearam na região nos últimos quatro anos, prejudicando essa produção, o consumo alimentar na pequena propriedade passa a depender quase que exclusivamente do mercado. Na verdade, a frustração de safras de milho e feijão acarreta uma série de dificuldades para todo pequeno produtor pois já não é um simples complemento a subsistência que procura no mercado mais toda subsistência.

O pequeno proprietário espera resgatar o seu débito com a produção comercial. Para esse pequeno produtor o sucesso da produção de algodão está no resgate do empréstimo contraído, com o valor dessa produção. Para ele liquidar o débito no Banco ou mesmo com o intermediário significa ter alcançado uma boa safra.

A predominância da mão-de-obra familiar na pequena propriedade possibilita a produção do algodão a baixos custos. Desta forma, liquidar o simples crédito não representa uma receita satisfatória. É portanto, como discutido, a possibilidade de produzir a custos de sobrevivência que se manifesta a maior importância da pequena produção para a expansão do capital. O importante é assegurar a sobrevivência da família, objetivo da sua economia. Atravessar o período da entressafra de qualquer forma, "eu me viro de qualquer jeito", já é rotina na vida desse produtor.

Considerando a carência de recursos na pequena produção torna-se evidente a necessidade do crédito-rural para o desenvolvimento agrícola. Trate-se do crédito formal ou informal. Quando o crédito não atende todas as despesas quer do produtor quer da cultura explorada, implica na contração

de outras dívidas ou mesmo na venda de animais para assegurar a subsistência. Recorrer a bodega na época do processo produtivo já é parte de sua exploração agrícola.

... "vendí o último boi que tinha, para pagar Cr\$ 40.000,00 na bodega". (6 ha.)

Como o pequeno produtor na sua maioria não tem outra fonte de renda para complementar a subsistência da família, salvo a criação de alguns animais cujo objetivo principal é garantir os compromissos já assumidos, apela para a bodega. Essa situação acentua-se ainda mais com a irregularidade das chuvas. A escassez da produção do milho e do feijão, compromete cada vez mais o pequeno produtor à bodega, distanciando-o cada vez mais das possibilidades de atender todas as despesas da produção com o valor comercializado.

O crédito informal é uma opção do pequeno proprietário mais precisamente do minifúndio (0 a 10 ha.). A não cobrança de juros pelo financiamento liberado é interpretada pelo pequeno proprietário como uma ação benéfica. No entanto, compensando essa perda, o intermediário vê a sua frente, garantido pelo comprometimento da produção um lucro bem maior. Evidentemente essa transação comercial permite ao intermediário atuar como o próprio produtor diante da cooperativa, isso porque se apresenta como o agente comercial de fato e de direito da produção, usufruindo das vantagens que cabem ao verdadeiro dono.

Como resultado desse processo condicionado aos interesses do intermediário, fica o pequeno produtor de algum modo privado dos benefícios, que sem aqueles estaria em suas mãos. Assim sendo a comercialização da produção é mais uma

entrega do produto do que uma comercialização propriamente dita.

A venda do algodão à COCEPA permite ao agente do processo comercial, ou seja o responsável pela entrega da produção tornar-se sócio dessa cooperativa. A condição de associado é uma oportunidade que tem o produtor para participar de alguns benefícios cedidos por esta instituição, como visto no Capítulo II.

Basicamente na pequena propriedade o sentido da comercialização não difere em muito se o empréstimo é de caráter formal ou informal, isto porque, o pequeno proprietário não encontra possibilidades de sustentar a produção do algodão de forma autônoma. O direito à torta e o retorno podem ser os responsáveis por uma maior participação de produtores na transação comercial com a COCEPA. Já a compra do farelo para a alimentação animal a preços mais baixos que o mercado, não pode ser considerada um atrativo que propicie uma maior incidência de associados à cooperativa. O grande produtor apoderando-se de quase todo o estoque nega ao pequeno produtor a oportunidade de assegurar de forma mais viável o alimento de sua criação. Esse bloqueio atinge mais precisamente aquele pequeno proprietário dado a sua maior predominância no município. O grande produtor, usando de sua força política e fazendo impor seu poder econômico, encontra facilidade de monopolizar as situações que são de seu interesse.

Praticamente a preocupação maior dos pequenos cottoncultores com essa operação comercial é o pagamento pela comercialização do algodão de forma parcelada. Sem dúvi

da constitue um impasse aos compromissos assumidos. A comercialização do algodão, através do intermediário e da COCEPA, é uma outra alternativa utilizada pelo pequeno proprietário para a transação comercial desse produto. Parte é entregue à COCEPA e parte ao intermediário. Tal transação, tanto pode resultar de uma obrigação restrita em função das condições do empréstimo como simplesmente uma oportunidade de obter com mais rapidez e de forma integral o pagamento da produção. Com esse procedimento o produtor tem assegurado a torta e dinheiro em tempo oportuno para atender os compromissos mais urgentes. Para esses produtores o usufruto da torta é mais um meio conveniente de adquirir "alguns trocados" no período da entressafra pela venda a particulares.

O parceiro - figura típica na região, é encontrado nas grandes e médias propriedades. ⁽⁵⁾ A parceria é estabelecida através de contrato verbal e por tempo indeterminado. O parceiro é também conhecido como morador. Uma de suas características é não ter poder de decisão sobre o que explorar, cabendo ao proprietário decidir a diversidade de culturas a serem exploradas. Pelo direito de morar e produzir obriga-se a retribuir em espécie ao patrão metade do produto comercial, no caso o algodão e comumente a terça dos produtos de subsistência (milho, batata e feijão).

O parceiro se apresenta muito dependente do patrão, dele recebendo o financiamento para sua sustentação durante o processo produtivo. Este fornecimento, como é chamado for-

(5) A parceria pode também ser encontrada no estrato mais elevado dos pequenos proprietários que não trabalham eles próprios a terra. Estes geralmente têm atividade não-agrícola como fonte de renda principal e usam a parceria para explorar a terra.

malmente, constitui uma maneira pela qual o parceiro é atingido pelo crédito. Recursos do crédito contraídos pelo patrão são repassados em parcelas semanais, com resgate a ser realizado por ocasião da comercialização da produção. Esse financiamento pode ser efetuado em dinheiro ou em mercadoria, no caso do proprietário dispor de barracão, ou por outro lado de compra na mercearia com sua autorização.

O repasse em dinheiro é procedido sem cobrança de juros. O repasse em mercadoria através do barracão é feito pelo preço do mercado; o financiamento através de mercearia ou bodega, tem os preços dos produtos acrescentados, no ato da compra. O reembolso desse débito se efetua no período da safra com a comercialização do algodão. Daí porque, com a defasagem do tempo, diante da crescente inflação é admissível uma correção dos preços por parte do comerciante. É inegável porém, que essa condição acarreta uma tendência ao endividamento do parceiro aumentando portanto, sua subordinação ao dono da terra.

Todo financiamento recebido pelo parceiro é aplicado na sua subsistência e do grupo familiar. Somente em alguns casos, parte do crédito obtido é empregada diretamente no processo produtivo, na aplicação de determinados insumos, principalmente inseticidas no combate a largata do algodão, ou como remuneração de trabalho assalariado, quando eventualmente há insuficiência da mão-de-obra familiar. A parceria é a relação de trabalho mediante a qual se processa toda a atividade produtiva, para o dono da terra. A produção resultante lhe é repassada a um custo muito baixo; nela está contida um trabalho não pago que representa a exploração intensiva do parceiro e sua família.

O próprio parceiro passa a ser um assalariado no momento em que trabalha no enraizamento do algodão, na construção das cercas, atividades privativas do proprietário, ou ainda quando vende sua força de trabalho fora da propriedade, complementando sua auto-sustentação. Essa venda periódica de sua força de trabalho associada a uma produção voltada para o auto-consumo, é a que possibilita a reprodução do parceiro e seu grupo doméstico.

A comercialização da produção do algodão é feita pelo proprietário na cooperativa local - CORSAME. A parte pertencente ao parceiro, 50% da produção, é comprada pelo patrão ao preço mínimo. Entretanto, comprando a produção do parceiro à preços mínimos, o proprietário não lhe está causando benefício algum. Por trás dessa ação protetora se esconde o interesse econômico. De cada 1.000 kg de algodão comercializado o proprietário exclui do parceiro o direito a 400 kg de torta e mais o retorno da produção, direitos concedidos pela cooperativa ao produtor direto. E o parceiro é produtor direto da parte que lhe cabe.

A comercialização do algodão do parceiro se faz em dois momentos: inicialmente quando passa o seu produto para as mãos do patrão, seu primeiro intermediário, e depois quando é transferido para a cooperativa. Poder-se-ia acrescentar um terceiro momento, isto se o proprietário em vez de levar a produção direto à cooperativa, comercializar primeiramente com o intermediário e só depois fazer o depósito definitivo do algodão na indústria. Sem dúvida o valor dessa produção, está sendo reduzido em três etapas. O parceiro é explorado portanto, em três oportunidades. No primeiro momento, pelo sobre-trabalho incorporado na produção, cujo valor não cor -

responde ao seu custo e a partir daí, os direitos que lhes são atribuídos e não concedidos.

Em casos de frustração de safras, quando o parceiro não tem condições de resgatar sua dívida junto ao patrão, haverá a dispensa, ou a prorrogação do débito para o ano seguinte, permitindo a continuação do parceiro na propriedade como ocorre na maioria dos casos. Se essa produção está assegurada pelo PROAGRO em 70% certo seria dispensar a conta, entretanto, a atitude mais frequente é a prorrogação da dívida ocorrendo, em último caso, a expulsão do parceiro da propriedade. São fatos que acontecem e que provêm da insegurança deste produtor, quanto a posse e uso da terra. Reflexo de sua situação jurídica irregular sobre a terra que explora; cada vez mais se intensifica a frequência desses casos pela continuidade dos contratos verbais. Consequentemente cresce a instabilidade do produtor sem terras.

Outras situações surgem nessa relação, porém sem muita frequência. Se prende ao fato do proprietário utilizar o roçado do parceiro para salvar a pecuária bovina, quando muitas vezes esse roçado encontra-se em pleno vigor do ciclo da cultura de subsistência ou mesmo, com o campo do algodão sem completa realização da colheita (LIRA, 1983). São situações que o contrato devidamente formalizado evitaria acontecer. Nas questões surgidas entre proprietário e parceiro, sem a existência do contrato escrito cabe aos Sindicatos a solução do impasse. Naturalmente o patrão terá que indenizar quando se trata de lavoura, questões que o patrão nem sempre resolve pacificamente. Desta forma o parceiro muitas vezes prefere perder:

... "não quero questão com o patrão eu sou pobre, quem perde sou eu. Posso ficar com fama de bronqueiro e não encontrar mais uma morada". (Um parceiro)

Apesar de todos esses problemas enfrentados, esses produtores não se manifestam contrários ao contrato verbal. Para eles, esse tipo concede mais liberdade quanto à sua fixação à terra. Além do mais numa região castigada pelas secas não é viável comprometer-se com um contrato por tempo determinado.

Quanto à pecuária bovina na grande e média propriedade que mantém a parceria, comumente as unidades e ordenhas do leite são da responsabilidade do parceiro que para isso tem direito a usar o leite diário para consumo. Alguns proprietários costumam remunerar o parceiro com uma pequena complementação por este trabalho. Outros porém oferecem apenas o usufruto do leite.

Tratando-se de uma grande e média propriedade já admite-se uma tecnologia menos tradicional com a introdução de algumas técnicas modernas. Como o parceiro é subordinado às decisões do patrão, não pode fugir ao emprego de certas práticas agrícolas embora estas sejam agregadas ao custo da produção. Para o proprietário torna-se insignificante esta elevação de custo, uma vez que os prejuízos são repartidos com o parceiro sem no entanto repartir os lucros.

O arrendatário é figura não muito frequente na região. O arrendamento quando feito através de contrato geralmente formal, realizado em cartório, por um prazo em média de 5 (cinco) anos, de acordo com o ciclo produtivo do algodão ar-

bóreo. As cláusulas presentes no contrato estabelecem os deveres e obrigações do arrendatário, quanto à exploração do imóvel. O pagamento pela posse e uso da terra se faz anualmente, em dinheiro.

O arrendatário na qualidade de simples locatário, sem terras quase que não existe, o que existe realmente, e com mais frequência, são proprietários cujas terras não são suficientes para atender toda sua exploração, principalmente a pecuária, obrigando-os a recorrer ao arrendamento como complementação.

Quando o contrato é escrito ou seja, formalizado em cartório, o arrendatário terá acesso às fontes de crédito de custeio agrícola, através de Banco, embora essa possibilidade nem sempre seja utilizada. A fonte de recursos mais comumente utilizada é o intermediário. Este lhe empresta o dinheiro, em geral sem juros, durante o período produtivo exigindo para isso, como todo intermediário nesta região, o comprometimento da produção do algodão.

A transação comercial tem a mesma sistemática utilizada na parceria na questão do preço e dos direitos concedidos pela cooperativa, que são repassados para as mãos do intermediário.

Os produtos cultivados e a força de trabalho empregada são os típicos da pequena agricultura da região. É sempre uma exigência do rendeiro ou locador a permanência do algodão ou conservação do pasto, quando a área se destina à exploração pecuária.

Observando-se as condições de produção nas peque -

nas unidades e, às formas de submissão dos pequenos produtores aos agentes financiadores resta-se investigar o por que da não aceitação pelos mesmos do crédito oferecido pelo POLONORDESTE. Tentar-se-á obter uma resposta mediante um estudo dos planos para concessão do crédito dentro do PDRI do Seridó Paraibano e, dos resultados de sua ação junto aos produtores do município de São Mamede que será objeto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO V

*OS PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO
DE SÃO MAMEDE E SUA PARTICIPAÇÃO NO
COMPONENTE CRÉDITO RURAL DO PDRI
- SERIDÓ PARAIBANO.*

OS PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE
SÃO MAMEDE E SUA PARTICIPAÇÃO NO COMPO
NENTE CRÉDITO RURAL DO PDRI - SERIDÓ
PARAIBANO

O PDRI do Seridó Paraibano é constituído de subprojetos com objetivos específicos. ⁽¹⁾

O programa visa encontrar apoio para a agricultura através do ajuste e fortalecimento de todo o aparato do setor público para uma ação global e integrada nas zonas rurais, procurando integrar os serviços oferecidos pelos diferentes setores da economia.

(1) ... diretamente produtivo:

- . culturas e criações de apoio a produção
- . assistência técnica e extensão rural
- . crédito rural
- . abastecimento de insumos e mecanização agrícola
- . organização agrária
- . cooperativismo
- . pesquisa agrícola de infra-estrutura econômica
- . estradas básicas e vicinais
- . eletrificação rural
- . pequena e média açudagem de infra-estrutura social
- . saúde e educação
- . de administração
- . unidade técnica de coordenação.

Para responder ao problema da presente pesquisa selecionou-se para análise o subprojeto crédito rural. Os demais subprojetos serão mencionados quando se façam necessários para uma melhor compreensão do problema investigado. O crédito é destinado a financiamentos para custeio agrícola, investimento e empréstimos fundiários.⁽²⁾ A liberação é feita diretamente pelo agente financiador, os bancos oficiais com a intervenção da assistência técnica presente na área.

Além do Banco Central do Brasil, agências internacionais de financiamento como "Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento", têm se mostrado interessadas em subsidiar empréstimos para a execução de projetos ligados ao POLONORDESTE.

Crédito para Custeio - Este tipo de crédito é utilizado para custear as despesas de culturas anuais. Para sua concessão é necessário que o mutuário seja cadastrado em qualquer uma das agências bancárias credenciadas pelo Programa. Terá prioridade para obtenção do crédito produtores, cujo imóvel apresente uma área total de 0 - 50 hectares ou 50 - 200 hectares. Precisamente pequenos e médios proprietários segundo a classificação da EMATER/POLONORDESTE. A identificação desses produtores é feita pelo extensionista rural através da escritura do imóvel.

A operação do contrato é simples exigindo-se apenas uma investigação, por parte do Banco, da ficha cadas -

(2) Para os três tipos de crédito, o mutuário pagará um juro de 12% a.a., no prazo de um ano quando de custeio, até 10 anos com carência de dois anos tratando-se de investimento e até 20 anos com carência de seis anos no caso de empréstimos fundiários. (Diretrizes do Crédito Rural).

tral do mutuário no sentido de identificar a sua situação frente àquela agência e sua capacidade quanto a absorção do crédito. Dessa sindicância ⁽³⁾ será determinado o teto financiável do produtor, assim como o percentual sobre esse teto que lhe é de direito conforme o limite do MVR.

Os recursos são liberados em três etapas. A primeira logo após as primeiras chuvas e as demais dependendo do laudo do extensionista.

Crédito para Investimento - A aquisição do empréstimo para investimento está condicionada a um projeto agropecuário cuja elaboração é de competência da EMATER. Os procedimentos necessários à elaboração do projeto para financiamento iniciam-se no mês de julho do ano anterior à concessão do crédito.

De posse das propostas apresentadas pelos respectivos produtores, que deverão ser cadastrados, o extensionista observará a capacidade de cada imóvel quanto à absorção dos recursos. Encaminhará cartas-consulta à agência bancária solicitando informações da possibilidade dos produtores quanto ao limite do financiamento e o teto que lhes é disponível. A sistemática é a mesma utilizada na investigação do candidato ao crédito de custeio. Levando-se ainda em consideração a renda gerada pelo projeto, principalmente quando da introdução de novos campos de algodão. Após essa

(3) Analisa-se a capacidade de renda que pode oferecer o imóvel, principalmente quanto à exploração do algodão. Será levado em consideração a existência de débitos que poderá incidir negativamente no teto financiável, ou seja, se a renda cadastrada enquadra o produtor mais o seu débito ultrapassa o limite máximo desse intervalo, a solução será uma redução no valor do empréstimo.

inspeção, a agência bancária classificará o financiamento no intervalo do MVR. Elaborado o projeto, será submetido à aprovação do Orgão Bancário. Uma vez deferido o contrato, será convencionado o prazo ⁽⁴⁾ para o pagamento.

Todas as pretensões constantes no projeto cuja obtenção se faz através de compra, ou seja, a construção de cercas, a aquisição de bovinos, de implementos agrícolas entre outros, receberão financiamento, que será liberado integralmente. Já para implantação de campos de algodão, os recursos são parcelados: 50% para o desmatamento, correspondendo à primeira parcela; a segunda será liberada para preparo do solo, a terceira parcela é destinada para os tratos culturais e combate as pragas. Os montantes bem como a liberação estará dependente do laudo do extensionista.

No período de atuação do POLONORDESTE no Seridó Paraibano, o crédito rural não correspondeu as proposições do programa. (Ver Quadro 6). A partir da sua implantação a liberação dos recursos efetuou-se de forma inversamente proporcional à prevista. Os dados demonstram claramente que enquanto a previsão dos recursos a serem liberados através dos anos revelava um aumento gradativo, à proporção que os anos passavam, sua aplicação manifestava-se aquém do montante proposto. No período 81/82 apenas 2% dos recursos foram aplicados.

Dois aspectos podem ser considerados como causas para tal disparidade. Um poderia ser a limitação dos recur-

(4) A análise do projeto indicará a capacidade de pagamento do produtor. O prazo será estabelecido de acordo com a renda obtida, não podendo exceder o máximo de dez anos.

QUADRO - 6

POLONORDESTE - PDRI SERIDÓ PARAIBANO

RECURSOS APLICADOS - PRODUTORES BENEFICIADOS (1977/1983)

Plano Operativo Anual - POAS*	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Recursos Previstos (Cr\$ 1.000,)	646.384,	41.660,	42.558,	49.106,	53.157,	214.903,	245.000,
Produtores Previs-	4.946	960	820	780	347	1.609	430
Recursos Aplicados	174.045,	24.989,	23.689,	16.681,	20.758,	14.472,	73.456,
Produtores Benefi- cios	2.515	628	666	460	411	118	232
Recursos Aplicados (%)	27	4	4	3	3	2	11
Produtores Benefi- cios (%)	51	13	14	9	8	2	5

Fonte: RELATÓRIOS ANUAIS - CEPA/PARAIBA.

* O Plano Operativo Anual corresponde ao período de abril a março do ano seguinte.

sos que se deu gradualmente até a extinção propriamente dita do crédito para custeio em 81/82, o outro porém seria a demanda do crédito por parte dos produtores rurais, inferior ao programado, especialmente no referente ao crédito para investimento. Ou talvez, teria sido uma superestimação das metas programadas.

Confrontando-se a meta alcançada no município de São Mamede, com a meta atingida em todo o Seridó, tanto referente aos recursos quanto aos produtores beneficiados, verifica-se um resultado não satisfatório (Ver Quadro 7). A participação pouco representativa do público atingido poderia está, no caso, relacionada com a continuidade da seca, conforme se levasse em consideração a coexistência dos fatos. Esta participação restringia-se à proporção que os períodos de seca se repetiam.

Há dúvidas porém de que a seca tenha influenciado fortemente essa deficiência do crédito/POLONORDESTE. Em se tratando dos recursos, observa-se que a medida que as chuvas cessavam, cessava a liberação do financiamento. Todavia a participação dos produtores não está intimamente relacionada com a seca, uma vez que se constata adesões ao crédito precisamente no crédito para custeio, apesar da seca.

As decisões governamentais prorrogando ou anistando os débitos, e a presença do PROAGRO funcionaram de certa forma como estimulantes para a aquisição do crédito. Tais alternativas significam para o produtor rural partir para o crédito, confiante de que alguém está assumindo o risco juntamente com ele.

Considerando-se a evolução histórica do crédito/

QUADRO - 7

POLONORDESTE - PDRI SERIDÓ PARAIBANO

METAS ALCANÇADAS EM SÃO MAMEDE EM RELAÇÃO AO PROJETO (1977/1983)

PLANO OPERATIVO ANUAL POA	TOTAL	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
<i>Recursos Aplicados</i>							
<i>(Cr\$ 1.000,)</i>							
(A) PDRI-Seridó.	174.045,	24.989	23.689,	16.681,	20.756,	14.472,	73.456,
(B) São Mamede..	17.096,	4.424,	3.161,	2.540,	3.115,	256,	3.599,
<i>Produtores Beneficiados:</i>							
(A) PDRI-Seridó.	2.515	628	666	460	411	118	232
(B) São Mamede..	267	71	83	50	48	1	14
<i>Recursos Aplicados</i>							
<i>% (B/A)</i>							
	10	18	13	15	15	2	5
<i>Produtores Beneficiados:</i>							
<i>% (B/A)</i>							
	12	11	12	11	12	1	6

FONTE: Relatórios Anuais - CEPA/Pb.

/POLO NORDESTE no período de atuação propriamente dita (Ver Quadro 8) e relacionando os recursos com o maior valor de referência do país - MVR - concernentes a cada ano, dar-se-á uma contradição, pois o aumento progressivo do MVR deveria acontecer simultaneamente com a evolução crescente dos recursos e não em sentido contrário.⁽⁵⁾ Assim a liberação dos recursos estaria provocando a limitação de adeptos ao crédito ou seria a não receptividade dos produtores a causa da redução dos recursos previstos pelo Programa? Em qualquer uma das hipóteses, necessário se faz analisar a lógica que a determina. Se a produção do algodão tem sido irrisória, como consequência da seca, evidentemente não há retorno do capital aplicado. A aplicação dos recursos poderia está sendo feita mais diretamente na reprodução física do produtor e seu grupo familiar. Essa proposição é válida na medida em que se analise a maior apropriação dos recursos para custeio (Ver Quadro 9).

Este crédito como visto é destinado a culturas anuais⁽⁶⁾ no caso do algodão, a partir do segundo ano de implantação, em pleno ciclo produtivo, basicamente, para a realização das práticas culturais necessárias. A concessão a partir do segundo ano, dispensa do produtor da obediência a determinadas exigências técnicas, recomendadas para implantação do algodão. Não há necessidade que essa cultu-

(5) Tomando-se os recursos referentes as programações de 77/78 e 82/83 e comparando-se com o MVR respectivo a cada período, evidencia-se a proposição citada. Em 77/78 o MVR foi de Cr\$ 1.150,00 para Cr\$ 4.424.000,00 enquanto que em 82/83 o valor médio do MVR reajustado nos dois semestres foi de Cr\$ 9.486,00 para Cr\$ 3.599.000,00.

(6) Embora o milho e feijão sejam culturas anuais, somente vieram receber crédito específico a partir de 83. Até então, eram beneficiadas pelo crédito para investimento quando consorciadas com o algodão.

QUADRO - 8

PDRI SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

RECURSOS APLICADOS - PRODUTORES BENEFICIADOS - (1977/1983)

Plano Operativo Anual (POA)	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Recursos Aplicados (Cr\$1.000,)	17.095,	4.424,	3.161,	2.540,	3.115,	256,	3.599,
Produtores Beneficiados	287	71	83	50	48	3	14
Recursos Aplicados - os (%)	100	26	18	15	18	2	21
Prod. Beneficiados - os (%)	100	26	31	19	18	1	5

ONTE: Boletim Mensal - EMATER.

QUADRO - 11

PDRI - SEMIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMELE

CRÉDITO PARA INVESTIMENTO - RECURSOS APLICADOS - (1977/1983)

Plano Operativo Anual (POA)	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000,)	8.345,	1.729,	1.755,	719,	287,	256,	3.599,
0 - 50 MVR	3.089,	383,	1.033,	133,	100,	-	1.440,
50 - 200 MVR	4.862,	952,	722,	586,	187,	256,	2.159,
+ 200 MVR	394,	394,	-	-	-	-	-
% 0 - 50 MVR	20	22	59	18	35	-	40
50 - 200 MVR	75	55	41	82	65	100	60
+ 200 MVR	-	23	-	-	-	-	-

FONTE: Boletim Mensal - EMATER.

QUADRO - 12

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MANEDE

CRÉDITO PARA INVESTIMENTO - PRODUTORES BENEFICIAIS (1977/1983)

Plano Operativo Anual (POA)	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Produtores Beneficia- dos	94	25	45	7	2	1	14
0 - 50 MVR	66	16	40	3	1	-	6
50 - 200 MVR	26	7	5	4	1	1	8
+ 200 MVR	2	2	-	-	-	-	-
♀ 0 - 50 MVR	64	64	89	43	50	-	-
50 - 200 MVR	34	28	11	57	50	100	-
+ 200 MVR	2	8	-	-	-	-	-

FONTE: Boletim Mensal - EMATER.

QUADRO - 13
 PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO NAMEDÉ
 RESULTADOS ALCANÇADOS - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 (1977/1978)

POPULAÇÃO AGRICULTORES	PRÁTICAS AGRÍCOLAS ORIENTADAS PELA EMATER							
	Preparo do solo	Sementes se leccionadas	Plantio cor reto	Des - baste	Capi nas	Combate as pragas	Co - lheita	Comer cializaçã
Orientados (A)	71	71	71	71	71	71	71	71
Erecutantes (B)	22	13	13	24	58	29	49	40
Percentual (%) B/A	30	18	18	34	100	40	70	55

FONTE: Arquivo EMATER - São Namedé.

QUADRO - 9

PDRI SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

CRÉDITO PARA CUSTEIO - RECURSOS APLICADOS (1977/1983)

Ano Operativo Anual (POA)	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000,)	8.750,	2.695,	1.406,	1.821,	2.828,	-	-
0 - 50 MVR	4.907,	787,	771,	1.236,	2.113,	-	-
50 - 200 MVR	3.843,	1.908,	635,	585,	715,	-	-
+ 200 MVR	-	-	-	-	-	-	-
0 - 50 MVR	56	29	55	68	75	-	-
50 - 200 MVR	49	71	45	32	25	-	-
+ 200 MVR	-	-	-	-	-	-	-

NTE: Boletim Mensal - EMATER.

OS: Esses intervalos são considerados pela EMATER como estrato de área.

ra tenha sido plantada de acordo com a orientação técnica do Programa como ocorre quando é recebido o apoio financeiro do crédito para investimento. Esta abertura por conseguinte torna o financiamento para custeio ainda mais atrativo.

A adoção do crédito para custeio é feita mais especificamente por pequenos produtores (Ver Quadro 10). A própria filosofia do Programa prioriza essa categoria de produtor.

Os dados evidenciam que o número de adeptos cresceu à medida que os anos passaram. O fato de admitir maior liberdade na sua aplicação e a cobertura pelo seguro na ocorrência de uma frustração de safra, permite ao pequeno produtor, sem temor do risco, garantir a sua reprodução física e do grupo familiar, enquanto perdurar a liberação das parcelas. A paralisação das chuvas bloqueia essa liberação salvo em alguns casos, quando o produtor necessita controlar a incidência de pragas que continuam destruindo o algodão. Prevendo a seca o produtor passa a simplificar a execução das práticas para reduzir os custos em favor de sua sustentação.

Com a frustração da safra, o PROAGRO dispensa o ressarcimento total do empréstimo contraído. O laudo técnico indicará a proporção das perdas. Baseado nessa avaliação a agência bancária designará a parcela do débito que deverá ser ressarcida pelo produtor. O percentual obedecerá às normas prefixadas e está condicionado à extensão da referida perda. Assim sendo, a concessão de recursos a juros baixos, tornava-se improdutivo para os cofres públicos constituindo uma perda de capital.

QUADRO - 10

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

CRÉDITO PARA CUSTEIO - PRODUTORES BENEFICIADOS (1977/1983)

Período Operativo Anual (POA)	Total	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83
Produtores Beneficiados	173	46	38	43	46	-	-
0 - 50 MVR	142	30	31	38	43	-	-
50 - 200 MVR	31	16	7	5	3	-	-
+ 200 MVR	-	-	-	-	-	-	-
0 - 50 MVR	82	65	82	88	94	-	-
50 - 200 MVR	18	35	18	12	6	-	-
+ 200 MVR	-	-	-	-	-	-	-

NTE: Boletim Mensal - EMATER.

S: Esses intervalos são considerados pela EMATER como estrato de área.

A inexistência de retorno poderia ter causado a extinção dos recursos em 81/82, passando os produtores a adquirir o custeio agrícola direto do Banco com um juro de 35% a.a. A perspectiva de contar com o crédito, sem contudo comprometer a propriedade da terra, face ao seguro, concorreu para a sustentação do agricultor, particularmente o pequeno, como mutuário do crédito institucional mesmo com previsões de uma frustração de safra.

Retornando-se às hipóteses e insistindo na proposição de que seria a não adesão dos produtores à política a causa da redução dos recursos, poder-se-ia atribuir esta rejeição ao crédito para investimento. Foi bem menor o índice participativo nessa linha de crédito. (Ver Quadro 11). Os dois primeiros anos de atuação do Programa contou com uma certa adesão a esse tipo de financiamento com um índice bem expressivo de pequenos produtores. Todavia nos anos posteriores, decaiu o nível participativo, tornando-se quase que insignificante o número de adeptos. (Ver Quadro 12).

O direcionamento desses recursos podem isentar o produtor de sua aquisição em anos consecutivos para uma mesma área. No entanto, não justifica a demanda não satisfatória a essa linha de financiamento, uma vez que, a cada ano, diferentes grupos de produtores poderiam aderir à esse tipo de crédito. A dependência à orientação técnica muitas vezes bloqueia a iniciativa dos produtores.

A primeira avaliação do Programa no município, período 77/78 realizada pela Assistência Técnica local demonstrou que apenas 13 dos 71 produtores beneficiados cumpriram corretamente todas as práticas recomendadas (Ver Quadro 13). Mesmo contando com o interesse da Extensão Rural na divulga

ção do programa, o esforço na tentativa de introduzir o crédito de forma mais atuante e com resposta mais positiva, não conseguiu fazer com que todos os produtores que contraíram empréstimo para implantação e custeio do algodão produzissem segundo a orientação técnica. Como resposta a essa inaceitação, um pequeno produtor representando o pensamento do grupo, frente ao extensionista assim falou:

"... Não é que a gente não queira executar as técnicas Doutor, é porque a gente não tira quando se vende o produto. O senhor sabe a gente vive disso e tem que pagar o fisco senão não se pode continuar trabalhando e mais se corre o risco de perder a terra". (7)

Para o capital a introdução de novas técnicas nos pequenos estabelecimentos rurais significa criar formas direcionadas ao seu interesse. Deste modo a resistência manifestada pelo pequeno produtor não deverá ser interpretada como ignorância, nem tradicionalismo, mas uma resistência à sua própria destruição como proprietário dos meios de produção. Como se observa há fatores outros que limitam a moderna prática agrícola pelos produtores, particularmente os pequenos. A ação negativa desses fatores incide sobre o crédito orientado, bloqueando a opção ou mesmo a permanência dos produtores como seus adeptos, como visto para o crédito investimento. Que razões determinaram a retração dos produtores, especialmente dos pequenos do crédito POLONORDESTE?

(7) Esse fato motivou a elaboração de um trabalho, junto aos mesmos produtores na mesma época. Os dados refletem a preocupação de fazer registrar o pensamento do produtor face ao uso da tecnologia que lhe é imposta. Quinze produtores entrevistados indicaram alguns fatores considerados por eles como entraves a adoção de novas práticas agrícolas. 60% apontou o alto custo das técnicas e o baixo preço do produto comercializado e 30% a mão-de-obra insuficiente para atender na hora oportuna as exigências técnicas.

Procurando justificativas para a desistência desses produtores, decidiu-se entrevistar o público inicial do Programa. Assim sendo, ter-se-á possivelmente de forma mais objetiva e concreta os motivos que justificam esse comportamento.

A necessidade de informações mais características, capazes de oferecer uma melhor compreensão do comportamento desses produtores em relação a essa linha de crédito exigiu um estudo mais detalhado de cada componente da amostra.

Que obstáculos impediriam o pequeno produtor que se dispõe inicialmente a solicitar o crédito rural concedido pelo POLONORDESTE, a continuar a requerer os benefícios do referido crédito? Essa questão é crucial para se entender como na prática trabalham os mecanismos para concessão do crédito, e como estes são vistos pelos pequenos produtores. As políticas e requisitos para a concessão do crédito, determinadas pelas agências governamentais como discutidas, constituem uma faceta do problema, a outra, será verificar o que garante ou não o sucesso de tais políticas junto ao público a ser beneficiado. Para tanto, tomando-se uma amostra dos produtores, propõe-se explicar, de acordo com sua caracterização enquanto produtor, o que é visto, como estímulo ou entrave, ao uso desse tipo de crédito pelos mesmos. É importante lembrar que trabalhar com o grupo que optou pelo crédito inicialmente, elimina a falsa premissa de que o agricultor é por índole contrário ao crédito. O presente trabalho vem demonstrar que o pequeno produtor não é na verdade avesso ao crédito, mas a algumas das exigências decorrentes desse crédito.

Conforme ficou explícito na metodologia do trabalho a amostra apresenta-se estratificada constituindo três grupos caracterizados em função das categorias de pequenos produtores existentes no município.

A Agricultura - Para as subcategorias inferior (T_1) e intermediária (T_2) de pequeno produtor, a exploração agrícola é a principal fonte de renda. A cotonicultura associada às culturas do milho e feijão são os únicos produtos que lhes permitem retirar da terra a maior parte da sobrevivência.

Na concepção desses pequenos produtores só se cultiva o algodão pela inexistência de outra alternativa. Trata-se de uma imposição do próprio meio ambiente diante das condições climáticas que oferece. Entretanto, essa cultura por si só não se reproduz. O milho e o feijão são quem garantem a reprodução do seu ciclo produtivo. Para o pequeno produtor, sem a produção de alimentos, torna-se difícil permanecer como cotonicultor. Essa impossibilidade do algodão auto-reproduzir-se deve-se ao baixo preço do produto. Ao se comparar o preço dessa matéria prima com o preço de outros produtos verifica-se a discrepância existente. Para se comprar 1 kg de carne atualmente precisa-se vender 4 kg de algodão. A submissão desses pequenos produtores aos centros externos de poder, exige que, além das suas necessidades de subsistência, eles produzam um excedente para cumprir com o que WOLF (1970) considera "fundo de aluguel".

A Pecuária - A pesquisa revelou a importância dessa exploração como garantia para os compromissos assumidos pelos produtores. A redução de rebanho, ou mesmo a própria extinção em alguns estabelecimentos se dá por conta da ne -

cessidade de vender o gado para cumprir determinadas obrigações especialmente as referentes ao crédito rural. Foi demonstrado que nesses anos de repetidas secas os bovinos e os caprinos, estes em menor representatividade, têm sido o maior suporte para a auto-sustentação do pequeno produtor. A frustração da produção do milho e feijão tem colocado o pequeno produtor numa maior dependência da bodega, cujo pagamento dos compromissos assumidos tem sido assegurado pela criação de animais.

A Composição da Família - Na amostra estudada a composição média da família é de onze pessoas, todavia os filhos residentes no imóvel, maiores de dez anos, ainda agregados à família apenas figuraram em torno de três. O maior desmembramento da família acontece face ao processo migratório. 75% das famílias entrevistadas, reclamaram a saída de seus filhos para o sul do país em busca de sobrevivência. Significa pois, que a força de trabalho no campo está se reduzindo, estando pouco disponível aos produtores na hora oportuna. E não resta dúvida, o próprio recenseamento das últimas décadas, comentado no II Capítulo já evidencia. Por conta disso a mão-de-obra familiar mostra-se insuficiente, obrigando-se a complementação com o trabalho assalariado.

A categoria pequeno proprietário não forma um todo homogêneo. Há uma diferenciação interna: não em função do tamanho do imóvel, isto porque os pequenos produtores considerados os mais inferiores da escala classificatória não são necessariamente os que possuem menas terras, como explicitamos inicialmente. A computação dos dados evidenciam a existência desse tipo de produtores com área

superior a 20 ha. Assim como camadas mais superiores (T_3 e T_2) possuindo terra na faixa de 10 a 20 ha. (Ver Quadro 14).

Entretanto, a extensão da terra explorada pode constituir um atributo de diferenciação. A medida que os estratos se elevam, menos terra dedicam a agricultura, mais espaço reservam para a pecuária. A maior utilização de áreas para a cotonicultura encontra-se na camada mais inferior de pequenos produtores. 75% de suas terras produzem algodão (Ver Quadro 15). Intensificar a exploração agrícola é uma forma viável de sobreviver.

Considerando que o número de bovinos apresenta-se tanto menor quanto mais inferior for o grupo dos produtores, e os dados confirmaram, pressupõe-se que exista um maior interesse pela pecuária à proporção, que transcendem as camadas. A própria condição econômica das subcategorias superior permitem a coexistência da agricultura e pecuária como explorações atuantes. Revela-se a existência de uma atividade adjacente que funciona como o complemento da renda junto a esses produtores: - o comércio, comumente destaca-se como elemento importante na composição da receita dessas categorias. A perspectiva de melhores condições para assegurar a sua reprodução física e do grupo familiar torna esse grupo de produtores mais predisposto ao risco que os demais, cuja renda é extraída exclusivamente da agricultura.

A probabilidade de resultados negativos com a implantação de novos campos de algodão provoca uma limitação dessa atividade por parte de alguns cotonicultores. Essa restrição acontece de forma mais acentuada na categoria dos

QUADRO - 14

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

PEQUENOS PRODUTORES ESTUDADOS SEGUNDO A ÁREA DO IMÓVEL (1983)

Classes de Área	Total	0 - 10			10 - 20			20 - 30			30 - 50		
		T ₁	T ₂	T ₃	T ₁	T ₂	T ₃	T ₁	T ₂	T ₃	T ₁	T ₂	T ₃
Número de Imóveis	12	-	-	2	2	2	1	-	-	1	2	2	-
(%)	100	-	-	17	17	17	8	-	-	7	17	17	-
Área Total	288	-	-	15	36	36	11	-	-	22	98	70	-
(%)	100	-	-	6	12	12	4	-	-	7	34	25	-

NOTA: Dados Coletados na Pesquisa de Campo.

QUADRO - 15

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO NAMEDE

UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS DOS IMÓVEIS POR SUBCATEGORIA ESTUDADA
(1983)

SUB-CATEGORIA DE PRODUTOR	TOTAL	T ₃	T ₂	T ₁
Área Total (ha)	288	134	106	48
Área Explorada	204	92	74	38
Área Explorada c/algodão	119	51	40	28
(%) de área explorada/área total	71	68	70	79
(%) de área de algodão/área explorada	41	55	54	73

NOTE: Dados Coletados na Pesquisa de Campo.

pequenos produtores menos favorecidos. O percentual de algodão novo é reduzido entre esses produtores enquanto se eleva o índice de velhos plantios de algodão. (Ver Quadro 16).

A moderna tecnologia por sua vez encontra mais receptividade nos produtores pertencentes à camada mais elevada (T_3). Os componentes da amostra, de menor condição manifestaram uma certa preferência pela técnica tradicional. Embora admitam a eficiência técnica de algumas práticas da moderna tecnologia. A utilização do trator por exemplo é reconhecida como indispensável à realização de um bom trabalho em favor de uma boa produção. A capacidade de revolver a terra mais profundamente tornando-a menos compacta, permite a conservação da unidade por mais tempo.

"... o trator obra milagres, aproveitando as primeiras chuvas, com a semente plantada é difícil perder-se a raiz do algodão. Com qualquer chuva depois a plantação está segura".

(pequeno produtor, camada intermediária)

Entretanto, além de onerar o custo da produção o trator é de difícil aquisição. O atendimento nem sempre se dá na hora precisa, retardando a execução das práticas, perdendo a oportunidade de aproveitar as ligeiras chuvas caídas prejudicando portanto, ainda mais a produção.

A opção pelo plantio tradicional do algodão constitui para a categoria inferior de produtores, uma alternativa economicamente viável à cotonicultura. É poupadoura de mão-de-obra, atendendo as necessidades de força de trabalho, em pouca disponibilidade no campo. O pequeno produtor já não conta com o atendimento exclusivo da mão-de-obra familiar, por causa da migração. Os mais atingidos são os pe-

QUADRO - 16

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

A EXPLORAÇÃO DO ALGODÃO POR SUBCATEGORIA ESTUDADA - (1983)

SUBCATEGORIA DE PRODUTOR	TOTAL	T ₃	T ₂	T ₁
Área total explorada c/algodão	119	51	40	28
Algodão de 1º ano	27	17	8	2
Algodão a partir do 2º ano	92	34	32	26
(%) de algodão de 1º ano/área total	22	33	20	7
(%) de algodão velho/área total	78	67	80	93

FONTE: Dados Coletados na Pesquisa de Campo.

quenos produtores da camada mais carente (T_1).

O trabalho assalariado torna-se mais empregado à medida que se atinge as camadas superiores de pequenos produtores (T_3). Nos estratos mais superiores a força de trabalho é garantida pela parceria. A maior parte desses produtores residem fora da propriedade. Possuem uma outra atividade principal fonte de sua subsistência. Nesse caso a presença do parceiro é indispensável à exploração do imóvel. Todavia, em determinadas épocas do ciclo produtivo, admite-se o trabalho assalariado face a escassez do grupo familiar do parceiro, incidindo todo o custo dessa mão-de-obra sobre o parceiro.

Em se tratando da semente para a execução do plantio, não há rejeição em favor de uma boa qualidade. Qualquer produtor reconhece o valor da semente selecionada.

"... o milho quando selecionado produz muito. Dizem que é porque a semente foi extraída do meio da espiga, pois quando é retirada das partes extremas produz pouco só faz a planta crescer".

(Produtor de 32 ha - camada intermediária)

A semente do algodão é adquirida na Cooperativa-COCEPA porém a do milho e feijão na CIDAGRO, ou mesmo no mercado. Admite-se também plantas e legumes principalmente o feijão utilizando parte da semente guardada para o auto-consumo caso exista esse excedente.

Considerando que a implantação do algodão, através do crédito (POLONORDESTE) tem como requisito o emprego da tecnologia moderna, o não cumprimento dessa exigência tem bloqueado a opção da maior parte de pequenos produtores ao

crédito, para investimento, limitando o número de beneficiários a esse tipo de empréstimo.

"... só fiz empréstimo pela EMATER uma vez, logo quando chegou o tal do POLONORDESTE. Mas do jeito que eles querem que a gente plante o algodão, não dá para mim. O custo fica bem maior. Não posso aproveitar o cultivador nos dois sentidos da planta, precisando pagar trabalhador por fora."
(Produtor de 6 ha - camada inferior)

Igualmente, a conservação de velhos plantios de algodão poderá justificar a maior preferência dos mutuários pelo crédito de custeio.

"... com essa seca é difícil se enraizar o algodão. É um pézinho aqui outro acolá. Por isso venho cuidando mais do algodão a partir do 2º ano. A planta já está formada é menos exigente. A despesa é muito menor".
(Produtor de 32 ha - camada intermediária)

A presente discussão irá permitir destacar os pontos característicos do comportamento de cada subcategoria estudada, que justificará de certa forma a atitude de cada grupo em relação ao crédito/POLONORDESTE.

Dos produtores entrevistados 75% desistiram do crédito logo após o segundo ano de atuação do Programa enquanto que 25% continuaram até quando os recursos tornaram-se escassos ou mesmo extintos (Ver Quadro 17). Nesse caso entende-se que a adoção do crédito/POLONORDESTE no período de atuação no município, mais especificamente do crédito para custeio foi feita a cada ano por um grupo diferente de mutuários. O público-meta variou a cada programação.

Está explícito que o crédito pouco correspondeu às

QUADRO - 17

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MAMEDE

ÉPOCA DE RESISTÊNCIA DO CRÉDITO RURAL POR SUBCATEGORIA ESTUDADA (1983)

SUBCATEGORIA DE PRODUTOR	TOTAL	T ₃	T ₂	T ₁
Pequenos Produtores (A)	12	4	4	4
Logo após o segundo ano da execução do Programa (B)	9	3	2	4
Com a extinção dos recursos para custeio (C)	3	1	2	-
% de B/A	75	75	50	100
% de C/A	25	25	50	-

Fonte: Dados Coletados na Pesquisa de Campo.

expectativas do Programa. Os requisitos não se adequaram ao seu público meta, o pequeno produtor.

A desburocratização que constituía um dos objetivos não se realizou, persistindo as dificuldades para a aquisição do crédito. 67% dos componentes da amostra demonstraram-se insatisfeitos pela demora na liberação das parcelas havendo necessidade de deslocar-se várias vezes até a agência bancária em busca do empréstimo (Ver Quadro 18). Por conta desse atraso dado a inflação, os recursos tornavam-se insuficientes para a realização do trabalho. A condição de produzir segundo a tecnologia moderna, foi apontada pelo mesmo grupo de produtores como ponto fundamental do afastamento dos mutuários do crédito orientado.

Convém observar que desse grupo de produtores que desistiram do crédito pelos argumentos mencionados, 50% são produtores considerados os mais inferiores da hierarquia existente na pequena produção do município.

Uma maior liberdade na aplicação dos recursos e presteza na liberação das parcelas tornaram o crédito-corrente - direto do Banco - um elemento atrativo aos mutuários do crédito rural, implicando a não continuidade de muitos, como adeptos do crédito/POLONORDESTE.

"... estava na agência bancária, juntamente com um grupo de produtores para receber uma das parcelas do empréstimo, quando um funcionário chamou os clientes do Banco, avisando para outro dia o atendimento a aqueles do crédito/POLONORDESTE. Eu por exemplo já contava com várias viagens ao Banco".

(Produtor de 9 ha - camada inferior)

QUADRO - 18

PDRI - SERIDÓ PARAIBANO - SÃO MARCEL

CAUSAS DA DESISTÊNCIA DO CRÉDITO RURAL POR SUBCATEGORIA

ESTUDADA - (1983)

SUBCATEGORIA DE PRODUTOR	TOTAL	T ₃	T ₂	T ₁
Pequenos Produtores (A)	12	4	4	4
Exigências técnicas e demora na liberação das parcelas (B)	8	2	2	4
Extinção dos recursos p/custeio (C)	3	1	2	-
Falta de informações (D)	1	1	-	-
(%) de B/A	67	50	50	100
(%) de C/A	25	25	50	-
(%) de D/A	8	25	-	-

FONTE: Dados Coletados na Pesquisa de Campo.

A flexibilidade na concessão do referido crédito sem exigências tecnológicas, permite ao produtor optar pela técnica que lhe for coerente. A fiscalização pouco impertinente da agência bancária favorece oportunidades de aplicar os recursos, como e quando lhe for mais adequado, desde que não fujam da proposta apresentada no contrato.

Quanto aos produtores que permaneceram ligados ao POLONORDESTE, até quando tornaram-se escassos os recursos ou mesmo extintos, que são de camadas intermediária e superior (T_2 e T_3) a adoção à política perdurou enquanto existiu o financiamento para custeio. O período de extinção dos referidos recursos, irá coincidir com a época em que justamente esses produtores passaram a operacionalizar direto ao Banco.

A própria distribuição do crédito em todo período estudado já evidencia esta preferência (Quadro Demonstrativo já apresentado). Assim sendo, o financiamento para custeio, funcionou como sustentáculo do Programa na linha do crédito.

A partir dessa análise encontrar-se-á razões que irão justificar a deficiência do POLONORDESTE no que se refere ao componente crédito rural.

A exequibilidade limitada dos planos governamentais é também consequência da própria elaboração desses planos. Em geral os prazos são curtos, não existe participação da população a ser atingida e sobretudo não se leva em consideração a realidade do espaço a ser planejado. (ANDRADE. 1981:111).

O pequeno produtor rural de São Mamede apresenta-se por demais ligado as imposições do meio ambiente. A forma própria de cultivar o algodão dentro de padrões tradicionais, corresponde sobremaneira às necessidades impostas pelo meio. A carência de mão-de-obra como discutido no segundo capítulo, reforça a dependência desse agricultor das técnicas poupadoras de trabalho. (8)

A interdependência entre grande e pequenos produtores, vista no terceiro capítulo, é fator influente na resistência ao processo de mudanças. A aquisição fácil e obtenção imediata do crédito informal ou formal (direto do Banco) concorrem para a rejeição do pequeno produtor às inovações impostas. "É bem mais fácil se fazer aquilo que sempre se fez do que se tentar executá-la de uma forma diferente". (ANDRADE. 1981:111).

Uma resistência é natural, principalmente se essa mudança implica num aumento do custo da produção, pondo em risco a segurança da subsistência do produtor ou a legitimidade da posse de sua terra. Essa resistência apresenta-se em intensidades diferentes, à proporção que diferentes camadas de pequenos produtores estão predispostos a enfrentar o risco da técnica.

A não concessão da carta de anuência ao parceiro ou a inexistência do contrato formalizado, constitui entrave à participação desse produtor na política creditícia.

(8) É motivo de questionamento a afirmação de que as técnicas modernas implicam no uso de mais força de trabalho. É caso específico do algodão e limita-se às práticas inerentes ao plantio dessa cultura.

Essa negação se dá pela pretensão do proprietário, em manter sobre seu controle todo o processo produtivo. Facilitar a aquisição do crédito formal ao parceiro, significa, colocar em suas mãos, direitos que poderão por em jogo a sua autonomia de proprietário sobre a produção, precisamente, a comercialização do produto.

Em se tratando do parceiro, o fato de sair da dependência financeira do patrão e adquirir o crédito formal, constitui uma situação nova a qual lhe exige certas mudanças de atitudes. A liberdade de agir no momento que não lhe interessar mais permanecer no imóvel, por exemplo, será ameaçada pelo compromisso junto ao Banco, ou mesmo ser o agente direto do crédito enfrentando as exigências burocráticas da operação.

A marginalização do parceiro da política creditícia, concorre ainda mais, para a redução do público beneficiado pelo POLONORDESTE. Quanto arrendatário, deixa-se de referenciá-lo devido sua presença insignificante na estrutura fundiária do município. De forma que a não participação desse produtor não contribuiu para a redução do público beneficiado.

Para muitos proprietários a aquisição do crédito direto do Banco é uma fuga às exigências tecnológicas do crédito orientado, uma oportunidade de aplicar recursos atendendo a outras necessidades.

Para os mutuários do crédito rural pelo POLONORDESTE, o financiamento para custeio até quando em vigor (1981), foi ponto fundamental da demanda. O PROAGRO se conq

titui na segurança da reprodução do processo produtivo. A isenção do produtor à recomendação de algumas técnicas e a oportunidade que oferece para a sua reprodução física, tornaram esse tipo de financiamento o sustentáculo da atuação do Programa.

A seca não constituiu um obstáculo ao crédito, na busca pela sobrevivência ela se constituiu uma condição para a procura do empréstimo.

A desistência do público inicial do crédito/POLO-NORDESTE, logo nos primeiros anos de execução do Programa, fez perceber que a adesão ao crédito de custeio se deu a cada ano por diferentes grupos de mutuários, confirmando a existência de certos entraves à receptividade do produtor no crédito orientado. Já no crédito para investimento, a dependência da orientação técnica não só afastou o público inicial, como a redução do número de adeptos à cada programação operacional alcançada, foi a tendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação de que as metas propostas pela política agrícola do governo, quando da concessão do crédito/
/POLONORDESTE ao pequeno produtor, não foram alcançadas, caracterizou-se como o problema que ensejou o presente trabalho. Buscar as razões que justificam tal realidade foi seu objetivo principal. Diferente do que se esperaria de uma política dirigida para o pequeno produtor, bibliografia recente acusa os subsídios creditícios, como responsáveis pela participação pouco significativa dos pequenos produtores no crédito orientado, uma vez que estimula muito mais a categoria de grandes e médios produtores. A legislação bancária é colocada como ponto determinante da inaceitação do crédito manifestada pela pequena unidade agrícola, dado a utilização de procedimentos não adaptáveis à sua organização produtiva. MORAIS (1980:64) evidencia o problema "como decorrente de restrições que podem ser impostas pela execução da própria política e/ou a fatores ligados aos próprios produtores".

bém o desvio dos recursos para a sua reprodução física.

Os pequenos produtores da camada inferior (T_1) apresentaram um maior percentual de área com algodão velho. Essa conservação do velho algodãoal justifica a opção ao crédito de custeio e o próprio desvio dos recursos, dado a possibilidade de reduzir o custo dos tratos culturais.

Nesse caso, o crédito deixa de ser o elemento impulsionador da agricultura, não conseguindo atingir um dos objetivos a que se propõe ou seja aumentar os investimentos e a produção agrícola. Essa colocação é válida na medida em que essa atitude se repete em anos não atingidos por seca. Pela vivência na área sabe-se que esse comportamento é próprio do agricultor sertanejo.

A análise fez compreender que a aversão ou receptividade ao crédito está condicionada à possibilidade de enfrentar o risco (CAVALCANTI, 1983). Está comprovado que não basta conhecer e querer produzir utilizando técnicas modernas. O poder aplicar é que bloqueia o produtor para sua adoção.

Verificou-se também que a demora na liberação das parcelas é consequência não só da burocracia, mas também, da própria influência pessoal do produtor. Assim sendo não somente o status social, como o próprio acesso às informações que possui o produtor é funcional para um atendimento mais preciso. A desinformação condiciona o produtor à espera da tramitação lenta do contrato sem a preocupação de tentar reduzir o decurso da liberação das parcelas. No meio de todos esses entraves entre o crédito e o pequeno produtor, os que mais se beneficiam dos subsídios pelas razões discuti -

das, são o grande e o médio produtor.

Evidentemente não basta o subsídio para impulsionar a utilização do crédito pelos pequenos produtores rurais. Mais importante, é favorecer condições a esse produtor de investir na agricultura na busca de uma maior produção, porém investir com possibilidades de um retorno compensador.

A proposta de uso de práticas modernas na produção do algodão oferecidas pelo FOLONORDESTE, requer mais mão-de-obra, conseqüentemente eleva o custo da produção, aumentando sobremaneira o risco de uma perda maior. A disponibilidade de mão-de-obra na hora oportuna é também entrave à adoção das referidas práticas. Os produtores do município de São Mamede por razões discutidas no Capítulo II, sofreram pela migração redução da mão-de-obra disponível. Na verdade os mais atingidos são os pequenos produtores que utilizam exclusivamente o trabalho familiar, isto porque condições econômicas não lhes permitem substituir e/ou complementar essa força de trabalho pelo assalariamento, mesmo fora do período, oportuno. No caso do grande e médio produtor e em menor grau o pequeno proprietário da camada mais superior, não nos grave o problema: além da parceria adotada garantindo a mão-de-obra, contam com os pequenos produtores das camadas inferiores que vendem sua força de trabalho para complementar a subsistência. Um outro fator que concorre para reduzir a problemática é a exploração da pecuária, atividade de poupadoura de trabalho.

Considerando o material aqui apresentado, uma contribuição ao estudo do problema da sobrevivência de peque-

Com o objetivo de definir claramente tal questão, a coleta inicial de dados secundários ofereceu subsídios para estudar a distribuição do crédito no período de vigência do Programa POLONORDESTE no Município de São Mamede do Seridó Paraibano. Foi constatado uma restrição gradativa dos recursos e do público beneficiado, o que se levou a questionar se tal fato era decorrente da rejeição do produtor ao crédito, particularmente do pequeno, que é o objeto em estudo, ou, por outro lado se a própria carência de recursos teria limitado o número de mutuários.

Para responder tais questões, um contato direto com o produtor fêz-se necessário. A compreensão da reprodução da pequena produção que se processa em sua maioria na camada onde a agricultura pouco ou nada capitalizada é a base da sobrevivência como discutido, tornou-se necessária para compreender sua continuidade. O objetivo de sua produção é a auto-reprodução do grupo doméstico e se realiza através da força de trabalho familiar. Essa categoria além de liberar mão-de-obra barata produz alimentos a custos baixos na medida em que não remunera a renda da terra, os salários e o lucro (SIQUEIRA, 1978:73). Nessa categoria inclui-se os parceiros e os pequenos proprietários das camadas mais inferiores, consideradas no trabalho Tipo 1 e Tipo 2. A terceira subcategoria a camada superior da pequena produção (Tipo 3) identifica-se em alguns pontos com a grande propriedade. A pecuária bovina por exemplo é a atividade principal a ser explorada e a parceria, a garantia da força de trabalho. Desenvolvem uma outra atividade paralela à agropecuária da qual extraem a maior parte da renda e para qual existe um envolvimento maior, são mais capitalizados, portanto mais autônomos. A cotonicultura entretanto, é uma atividade

comum aos três estratos. Para essa matéria prima se destinam os incentivos governamentais no Município de São Mamede que é considerado um grande produtor. A partir de 1977 com a implantação do POLONORDESTE os interesses do governo se voltaram ainda mais para o cultivo do algodão, através de subsídios creditícios muito embora tenha-os constatado no decorrer dos anos o pouco dinamismo do Programa na região.

A análise dos pequenos proprietários rurais membros constituintes do público inicial do crédito rural via POLONORDESTE no município de São Mamede, subsidiou o trabalho na consecução dos objetivos propostos. Foi observado que a burocracia associada às exigências tecnológicas, tem se constituído em grande obstáculo à aquisição do crédito, marginalizando o pequeno produtor da política creditícia.

Os pequenos produtores estudados manifestaram-se mais receptivos ao crédito rural quando corrente, direto do Banco, sem exigências tecnológicas, de fácil aquisição e obtenção imediata. Constatou-se por informações da agência bancária local, uma grande demanda do crédito para custeio, mesmo após a extinção do referido financiamento através do Programa, passando o crédito a ser direto do Banco a uma taxa de 35%. O crédito orientado no entanto, é adotado preferencialmente quando de custeio. Considerando que esse tipo de financiamento se faz a partir do 2º ano do ciclo do algodão, logicamente o produtor está isento da obrigação de determinadas práticas inerentes à implantação dessa cultura. Esse crédito foi para o pequeno produtor um complemento de sua subsistência, enquanto chuvas escassas rápidas e mal distribuídas caíam nos primeiros meses de cada ano quando se repetia o castigo da seca. O PROAGRO acobertando as frustrações de safra significava para o produtor, garantir tam-

na produção no Nordeste brasileiro, frente a ação desenvolvida pelo Estado, associado aos interesses do capital. Questões aqui levantadas, necessitam ainda de mais estudos particularizados para compreensão do problema global.

Espera-se ainda, que este estudo, possa oferecer subsídios aos planejadores e executores do processo de modernização agrícola no Nordeste para refletir sobre a necessidade de uma ação baseada nas reais condições em que sobrevive a pequena produção e que exige portanto, políticas ajustadas as mesmas.

A N E X O

- ROTEIRO DE TRABALHO.

1. - Nome do imóvel.

2. - Área do imóvel.

Total

Explorada

De pastagem.

Inexplorada

3. - Administração do imóvel.

Sexo

Idade

Residência

4. - *Composição da família.**Número de pessoas**Número de filhos**Filhos maiores de 10 anos**Filhos presentes no imóvel**Número de filhos que imigraram**Com que idade imigraram**Por que imigraram*

5. - *Ocupação dos membros da família.**Dos homens**Das mulheres**Das crianças*

6. - *Exploração do imóvel.**Produtos cultivados**Tipo de consórcio**Área consorciada**Área de algodão após o 1º ano**Área de culturas alimentares*

7. - *Técnicas utilizadas.*

Orientadas pela EMATER

Não orientadas pela EMATER

8. - *Preparo do solo.*

9. - *Plantio do consórcio.*

Aquisição da semente do algodão

Aquisição da semente do milho e do feijão

Espaçamento entre as plantas

10. - *Instrumentos agrícolas utilizadas nas capinas (e
liminação das ervas daninhas ou mato).*

11. - *Mão-de-obra utilizada no processamento produti -
vo.*

12. - *Comercialização da produção.*. *Algodão**Agente comercializador**Vantagens*. *Milho e feijão**Agente**Parte comercializada*

13. - *Pecuária.**Tipo de rebanhos**Quantidade**Utilização**Exploração*

14. - *Crédito.**Tipo**Fonte*

15. - *Razões que levaram a aceitar esse tipo de crédito.*

16. - Operacionalização do crédito.

*Juros**Documentos exigidos**Tempo gasto para obtenção da 1ª parcela**Contatos com o agente financiador até a liberdade da 1ª parcela**Suficiência dos recursos por parcela quanto ao atendimento das despesas**Atitude do produtor quanto a insuficiência dos recursos**Intervalos sobre as parcelas liberadas**Atendimentos dos recursos na hora oportuna.*

17. - Benefícios trazidos por esse tipo de crédito quanto a:

*Produção**Renda**Processo de mudança:**- do produtor**- da própria unidade agrícola.*

18. - Dificuldades encontradas.

19. - Razões que levaram a permanecer com esse tipo de crédito.

20. - Motivos que implicaram no abandono do crédito "Polonordeste orientado pela EMATER".

21. - Diferença entre crédito/"Polonordeste orientado e crédito não orientado".

22. - Manutenção do grupo familiar:
durante o processo produtivo
no período de entressafra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, M.C. de (1973). A Terra e o Homem no Nordeste. Editora Brasiliense, São Paulo.

_____. (1981). Nordeste: A Reforma Agrária é Necessária. Editora Guararapes, Recife.

_____. (1982). A Seca e as Estruturas Econômicas. Políticas e Sociais do Nordeste. Reforma Agrária, Campinas, São Paulo. 12 (4) 13-14 jul-ago.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (1981). 25 anos. Fortaleza.

BANCO MUNDIAL (1977). Crédito Agrícola. Documento de Política Setorial.

BARREIRA, C. (1977). Parceria na Cultura do Algodão. Ser -
tões de Quixeramobim. Tese de Mestrado. Brasília, Mi -
mco.

BEZERRA, J. V. (1978). Utilização do Crédito pelos Agricultores de Baixa Renda do Sertão do Ceará. Série Pesquisa Nº 19. Brasília.

BRASIL/SUDENE/URS. (1977). Algumas Reflexões sobre o Crédito Rural aos Pequenos Produtores. Recife.

_____. (1974). Manoel de Crédito Rural (MCR). Banco Central do Brasil.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). (1975-1979). FIDGE. Rio de Janeiro.

CAVALCANTE, J.S.B. (1983). Preservação do Campesinato na Área do Brejo Paraibano: A lógica Interna das Pequenas Unidades Agrícolas e a Intervenção dos Programas Governamentais de Desenvolvimento. D.S.A-UFPb. Mimeo.

CEPA/Pb. (1975). Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Seridó Paraibano. Sec. da Agricultura e Abastecimento, João Pessoa.

_____. (1977). Diretrizes para a Elaboração e Análise de Planos de Financiamento, João Pessoa.

_____. (1977/1982). Plano Operativo Anual. João Pessoa.

CEZAR, P.B. (1980a). A Política Agrícola e a Modernização da Agricultura. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

_____. (1980b). O Setor Agrícola e as Mudanças da Política Econômica para 1981. Boletim do Grupo Conjuntura - "C"

5. Fundação Getúlio Vargas. GIAP. Rio de Janeiro.

CHAYANOV, A.V. (1974). La Organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Vision.

COSTA, J. O. (1977). Assistência Técnica e Crédito Rural em Área do Brejo Paraibano. Uma Avaliação Econômica. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. João Pessoa.

DIAS, G. L. da S. (1979). Pobreza Rural no Brasil. Caracterização do Problema e Recomendações da Política C.F.P., Brasília, Coleção Análise e Pesquisa. Vol. 16.

EMATER/Pb. (1977/1982). Relatórios de Atividade. Boletim Mensal. São Mamede.

_____. (1982). Relatórios de Atividades. João Pessoa.

GRABOIS, J. e AGUIAR, M.J.N. (). Os Sistemas Tradicionais e os Elementos de Modernização no Sertão Ocidental da Paraíba. INTER-FACIGS. Escritos e Documentos. São José do Rio Preto. UNESP. Nº 22.

INCRA. Estatísticas Cadastrais. (1972/1978). Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília.

IBGE. Censo Demográfico. (1970/1980). FIBGE. Rio de Janeiro.

LIRA, G. M. F. (1983). O Homem ou o Boi. O Roçado ou o Campim. Tese de Mestrado - UFPb. Campina Grande. Mimco.

- LIKED, R. G. (1977). Capitalismo e Camponeses. Tese de Mestrado. Rio Grande do Sul. Mimeo.
- MARTINS, J. de S. (1975). Capitalismo e Tradicionalismo. Editora Pioneira. São Paulo.
- MELO FILHO, G. A. de (1980). A Política de Crédito Agrícola no Brasil. Análise Institucional, Efeitos ao Produto Agrícola e reflexos nos Índices do Custo de Vida. Tese de Mestrado. Viçosa. Minas Gerais. Mimeo.
- MELO, F. B. H. de (1979). A política econômica e o setor agrícola no período Pós-Guerra. Rio de Janeiro.
- MORAIS, F. M. (1980). Imagem dos Produtores de Feijão sobre Crédito Rural, Assistência Técnica, Seguro Rural e Preços Mínimos no Município de Tavares. Tese de Mestrado. Viçosa. Minas Gerais. Mimeo.
- OLIVEIRA, F. de (1975). Crítica a Razão Dualista. Estudos CEBRAP. São Paulo.
- SÁENZ, A. (1980). Expulsion de Fuerza de Trabajo Agrícola y Migracion Diferencial. Flacso. CEPLAES. Quito-Ecuador.
- SÁ JR. F. de (1975). O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função de Atividades de Subsistência. Estudos dos CEBRAP 1.
- SAYAD, J. (1978). Crédito Rural no Brasil. Ministério da Agricultura. Brasília.

SILVA, A.F.A. (1978). Das Cédulas de Crédito Rural. Brasília.

SIQUEIRA, E. D. (1978). Tendências de Superação da Pequena Produção. Tese de Mestrado. Brasília.

SINGER, P. (1976). Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. Editora Hucitec. São Paulo.

_____. (1978). Capital e Trabalho no Campo. Editora Hucitec. São Paulo.

SCHULZE, M.B. (1975). A Influência de Fatores Sociológicos na Produtividade Agrícola nos Municípios de Garibaldi e Candelária. Tese de Mestrado. IEPE. Rio Grande do Sul. Mimeo.

VASCONCELOS, M.A.S. A Influência de Restrições de Crédito na Organização da Produção Agrícola. Coleção Análise e Pesquisa. Vol. 13.

WEIT, R. (1978). Uma nova Estratégia de Desenvolvimento Rural. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza.

WOLF, G.R. (1970). Sociedades Camponesas. Zahar. Rio de Janeiro.